

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia

A cor e a raça nos resultados de escolarização de Pernambuco

Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

Caruaru

2016

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

A cor e a raça nos resultados de escolarização de Pernambuco

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora Dra. Allene Carvalho Lage

Caruaru

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

M929c Moura, Ricelio Regis Barbosa da Silva.
A cor e a raça nos resultados de escolarização em Pernambuco. / Ricelio Regis
Barbosa da Silva Moura. – 2016.
61f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2016.
Inclui Referências.

1. Educação. 2. Escolarização. 3. Escolas. 4. Raças. 5 Cor. I. Lage, Allene Carvalho
(Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-145)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Licenciatura em Pedagogia

Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Aluno: _____

Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

Título do Trabalho: A COR E A RAÇA NOS RESULTADOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE PERNAMBUCO

Monografia () Artigo Científico ()

Data da defesa: 19 de julho de 2016

Orientadora: _____

Profa. Dra. Allene Carvalho Lage

Nota: _____ ()

Avaliadora 1:

Profa. Ma. Edíma Verônica de Moraes

Nota: _____ ()

Avaliadora 2:

Profa. Ma. Ariene Gomes de Oliveira

Nota: _____ ()

Nota final: _____ ()

Aprovado () Aprovado com correções () Não aprovado ()

Comentários (caso necessário): _____

Dedico este trabalho de conclusão de curso ao grande mestre, e maestro que rege a minha vida, que guia meus passos e me mostra os melhores caminhos a serem seguidos, ao meu Deus.

AGRADECIMENTOS

Ao criador de todas as coisas, meu Deus, que sempre me deu sabedoria, força, e coragem para persistir nessa caminhada, cheia de momentos difíceis de contornar as mais diversas situações, na vida pessoal e profissional, principalmente durante todo meu percurso nos estudos.

A todos aqueles e aquelas pessoas estranhas que fizeram e parte de minha história de vida. E que me apoiaram nesse sonho de ser pedagogo, sonho esse de início muito distante, mas possível e real de acontecer.

Meus agradecimentos aos meus/minhas professores/as que fizeram parte de minha trajetória escolar, do Ensino Fundamental e Médio, sendo eles e elas uns dos principais motivos para que eu caminhasse para esse caminho da docência.

Aos meus professores e professoras da graduação do curso de Pedagogia, que me possibilitaram avançar e incentivaram meu sonho. Especialmente quero agradecer a Professora Dra. Allene Carvalho Lage, orientadora de pesquisa de iniciação científica, de projeto de extensão Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, e também deste trabalho de conclusão de curso. Suas contribuições, profissionalismo e paciência, foram primordiais para minha formação enquanto educador, e enquanto ser humano. Com suas práticas pedagógicas e sua visão de mundo nos mostrou uma nova forma de olhar a sociedade.

A minha família, minha mãe Maria do Socorro da Silva Moura, minha tia Maria de Lourdes Moura, que me apoiaram durante minha caminhada acadêmica. Pelo incentivo de quando muitas vezes pensei em desistir, e suas orações e força me permitiram continuar.

A minha linda namorada Maria Aline Santos da Silva, que a conheci quando iniciei o curso, e que nos primeiros meses me apaixonei, e que me acompanhou durante todo o percurso da graduação, e me acalmou quando estava agitado, e me deu todo seu apoio quando a fé estava fraca, devidos aos problemas que a vida nos apresenta e os desafios da vida universitária. Ela que sempre me disse que tudo iria dar certo, mesmo quando eu não tinha certeza disso.

Aos meus amigos e colegas que encontrei nos caminhos da vida e do curso de Pedagogia, que compartilharam momentos incríveis e que torceram por mim, e me deram forças para conseguir continuar a caminhada.

Obrigado a todos e todas aqui mencionados/as, por tudo que fizeram e fazem por mim, e por terem dado apoio para continuar e não desistir mesmo passando por diversos momentos difíceis, continuaram ajudando a me levar quando caía, para que não desistisse de meu sonho. Sonho esse realizado agora. Sonho esse de conseguir uma graduação em uma Universidade pública, que há 7 ou 8 anos atrás não imaginaria que fosse possível acontecer comigo.

Muitos obstáculos surgiram durante esse período de formação na universidade, mas graças a Deus, meu mestre maior e a todos e todas vocês aqui mencionados consegui persisti e busquei alcançar meu sonho. Obrigado a todos e todas.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos recriminem.
Lutar pela diferença sempre que igualdade nos descaracterize”.
(Boaventura de Sousa Santos).

RESUMO

Esta pesquisa é resultante de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, que entre os principais motivos para a escolha do tema, foi principalmente a minha experiência na pesquisa de iniciação científica. Nesta pesquisa de conclusão de curso, temos como objetivo geral: Conhecer as tendências que os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco apontam a partir do censo de 2010. Como objetivos específicos: 1) Levantar os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010. 2) Identificar as (des)igualdades de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010. 3) Analisar o percurso das (des)igualdades raciais nos resultados de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010. Para isso utilizamos da coleta de dados no Censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mostrando o quantitativo de pessoas que frequentavam escola, que não frequentavam, mas já frequentaram e que nunca frequentaram escola ou creche, também levantamos os índices de escolarização concluídos e não concluídos, utilizando a variável cor ou raça, segundo o censo 2010. O estudo apontam para uma desigualdade racial que perpassa todos os níveis de ensino nos resultados de escolarização.

Palavras-chave: Educação, escolarização e escola, cor e raça.

ABSTRACT

This search and results work education course completion, which among the main reasons for the choice of subject was mainly my experience in undergraduate research. In this course completion of research, we as general objective: to know how trends that enrollment rates of black people, brown and white of meso Agreste, woods, San Francisco and Hinterland of Pernambuco point the 2010 census. From how specific objectives: 1) Lift rates of enrollment of black people, brown and white of meso Agreste, Woods, San Francisco and Hinterland of Pernambuco from the census of 2010. 2) Identify equalities enrollment of black people, brown and white meso regions of Agreste, Woods, San Francisco and Hiterland of Pernambuco from the census of 2010. 3) Analyze the course of the racial qualities black people school results, brown and white of meso Agreste, Woods, São Francisco and Hinterland of Pernambuco the 2010 census from to use it date collection in the census 2010 the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Displaying the quantity of people who attended school, que not attended, but have attended school or day care, also completed enrollment rates and not complet using a color variable or race, according to the 2010 census. Study point a paragraph racial inequality que permeates to all levels of education nsa school results.

Key words: Educacion, schooling and school, color and race.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Justificativa.....	12
Objetivos da pesquisa.....	15
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1. Educação.....	16
1.2. Escolarização e escola.....	24
1.3. Cor e raça na escolarização.....	31
2. METODOLOGIA	38
2.1. Tipo de estudo.....	38
2.2. Método da pesquisa.....	39
2.3. Fontes de informação.....	39
2.4. Técnicas de coleta.....	39
2.5. Análise e sistematização dos dados.....	39
3. DISCUSSÃO E RESULTADOS	39
3.1. Educação.....	39
3.2. Escolarização e escola.....	45
3.3. Cor e raça na escolarização.....	50
4. CONCLUSÕES	55
5. REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O fato de se ter um quantitativo menor de pessoas pretas e pardas nos diversos espaços sociais, quando comparadas com o quantitativo de pessoas brancas, como visto nas escolas, é um elemento explícito, curioso e corriqueiro no nosso cotidiano. Assim, como também o fato de, os homens e as mulheres brancas deterem maior rendimento salarial, quando comparados com os homens e as mulheres negras, como nos mostram diversas pesquisas. Em seu livro intitulado: “O negro no Brasil hoje”, Kabengele Munanga questiona a situação atual da população negra brasileira, e também faz uma reflexão sobre a existência ou não de desigualdades entre negros e brancos no Brasil, e se o preconceito e a discriminação estão presentes no nosso cotidiano. No capítulo 6 desse mesmo livro, que tem como subtítulo: “Racismo, discriminação racial e ações afirmativas”, Munanga (2006) mostra que, para responder essas questões é importante conhecermos pesquisas realizadas anteriormente por órgãos de governo, universidades, e/ ou por organizações não-governamentais (ONG) que tenham como interesse mostrar a situação do/a negro/a no Brasil, e revela ainda em seu livro, que o Brasil tem uma grande desigualdade social e econômica que envolve gênero e raça.

De fato, ao direcionarmos o olhar mais minucioso para a sociedade tentando observar como essas desigualdades se configuram, é possível ver que essas pesquisas nos dizem algo, que realmente encontramos e presenciamos no nosso cotidiano. Os poucos relatos de pessoas negras bem sucedidas economicamente e profissionalmente, são exceções, porque conseguiram superar barreiras históricas e fortemente consolidadas. Isso porque, o processo de formação social do Brasil, foi e continua sendo marcado pela exclusão social, racial, de gênero e de credo, entre tantas outras. Nesse sentido, as pessoas negras do século XXI, ainda sofrem os requícios do colonialismo. Essa colonialidade do poder, do ser e do saber. Continua presente em forma de exclusão e de violências contra grupos sociais. Prevalecendo desse modo, um modelo de sociedade recheada de preconceitos, discriminação, hierarquização e dominação dos sujeitos outros, dos saberes outros.

Assim com as contribuições dos estudos de autores como: Ianne, Munanga, Quijano, Moore, Brandão, Maciel, Freire, Maia, Fernandes, Veiga, Oliveira e Barros, Louro, entre outros, abordaremos a temática de educação, raça/etnia e as desigualdades

existentes, através de um outro olhar, mais sensível e atento, na medida em que partiremos das (des)igualdades sociorraciais, da discriminação, do preconceito e da exclusão de grupos sociais. Assim, procuraremos entender e refletir o processo de exclusão sociorracial existente, que parte de uma lógica capitalista e competitiva, que tem uma raiz estruturante, que vem de um processo de colonização da América. Como afirma Quijano:

[...] Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005. P. 227-228).

Não é tão difícil perceber a violência simbólica entre a ideia que se disseminou ao longo do processo de colonização e se perpetuou como herança colonial. A colonização da América, teve como consequência a imposição de uma outra cultura, de caráter hegemônico, que tem sido segregadora, hierárquica, patriarcal, racista, capitalista, entre outros. Os efeitos dessa concepção massacra, através dessa relação de poder, que se encontra presente na mídia, nos costumes, nas palavras, nos comportamentos que impõem como modo de vida, de comportamento, de pensamento e de ideologias “a ser seguido”.

Voltando o olhar para o nosso percurso de escolarização, certamente iremos lembrar dos poucos colegas de classe que eram negros/as e/ou de cor de pele negra, enquanto estávamos na escola. Durante meu percurso de escolarização a maioria dos colegas eram de cor de pele branca, e se identificavam como brancas. Nessa época não lembro de ter identificado essa disparidade entre o quantitativo de negros/as e brancos/as na escola, não lembro de despertar sobre o porque tinha poucas pessoas negras nas escolas. Acredito que, a escola não tratava desse assunto por esse ser complexo, e ou porque as/os próprias/os professoras/es não davam conta dessa desigualdade, até mesmo porque este assunto só recentemente que entrou na forma de discussão nas aulas.

Recordo que o meu despertar para a questão das relações étnico- raciais veio principalmente nos últimos anos da escola, no ensino médio, com as disciplinas de história e a de sociologia, que consegui organizar um olhar sensível acerca da diferença existente entre todos os seres humanos. A partir daí, o interesse de ver o mundo e os

sujeitos pertencentes a ele, me instigou ao desejo de estudar mais. E com a entrada na Universidade esse interesse foi cada vez mais aflorado, e o olhar mais atento e sensível para os fatos/acontecimentos em diversas épocas da história humana dos outros sujeitos, principalmente aqueles colocados a margem da sociedade, como os grupos sociais negros.

O descaso, a falta de atenção e a invisibilidade criada e praticada no Brasil para com alguns grupos sociais, como as pessoas negras e a cultura afro e afro-brasileira, que são acompanhadas por inúmeras piadas racistas, e de mal gosto, as agressões sofridas de formas psicológicas e físicas de grupos historicamente tratados como inferiores em relação a outros grupos considerados superiores por seus fenótipos, dentro e fora das escolas. Assim como o quantitativo menor de pessoas negras nas escolas, e em outros espaços institucionalizados, tais como o mercado de trabalho quando comparados com o número de pessoas brancas, os territórios que definem as classes sociais e suas cores. Esses são algumas aprendizagens do meu curso de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste. Durante o curso percebemos a importância de tratar essas e outras questões no âmbito da educação.

A experiência de formação na universidade possibilitou estudar mais as questões referentes a raça/etnia na educação. Lembro de muitas disciplinas em que as/os professoras/es nos provocavam e juntos refletíamos a cerca do tema, e nos perguntávamos: Onde estão esses sujeitos? Que lugares os/as negros/as ocupam na sociedade? Por que não estão nas escolas e universidades em quantitativo iguais ou próximos as pessoas brancas? Entre tantas outras perguntas. Através do currículo do curso de Pedagogia, especificamente destaco aqui a disciplina obrigatória: Movimentos sociais e educação e a disciplina eletiva: Tópicos especiais em educação e racismo, onde foi possível conhecer mais sobre os movimentos sociais, e me aproximou mais do movimento negro, por sua luta por equidade de direitos e sua dimensão educativa. Também ainda na Universidade a minha inserção no Projeto de Extensão Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina e na pesquisa científica com o Programa de Incentivo a Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), financiado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos sob orientação da Professora Dra. Allene Carvalho Lage, me possibilitou conhecer mais sobre a temática de raça/etnia e educação.

Essa iniciação científica e o projeto de extensão do Observatório contribuíram de forma significativa para o enriquecimento e minha experiência nos estudos referentes a temática raça/etnia, bem como a aproximação com a pesquisa acadêmica. A experiência no PIBIC me estimulou a estudar mais e pesquisar a respeito da temática referida. Ampliar meus olhares acerca dessa discussão dentro da educação brasileira e no lugar que vivo, nos possibilita avançar na discussão e romper com o silenciamento social.

Em face disso, é que pretendemos nesse estudo avançar na discussão desse tema, tendo por base os dados do censo demográfico de 2010, utilizando as mesorregiões do interior do estado de Pernambuco, seguindo o caminho de pesquisas que venho fazendo nesses anos de iniciação científica, que tem como foco o interior.

Visibilizar ainda mais as desigualdades sociais existentes em qualquer âmbito seja ele referente à educação, a saúde, moradia, à qualidade de vida, raça/etnia, entre tantos outros, é o início para romper com silenciamento existente para com as pessoas que sofrem com essas desigualdades sociorraciais, e evidenciar questões sociais como a discriminação racial, é o início para pensar iniciativas outras que tentem mudar essa realidade. Nessa perspectiva, estudar os resultados de escolarização utilizando a variável cor ou raça nos possibilita conhecer os desdobramentos da questão racial na educação. Assim temos como pergunta: **Que tendências os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas no estado de Pernambuco apontam a partir do censo de 2010?**

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Conhecer as tendências que os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco apontam a partir do censo de 2010.

Objetivos Específicos:

- Levantar os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010.
- Identificar as (des)igualdades de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010.
- Analisar o percurso das (des)igualdades raciais nos resultados de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010.

1- REFERÊNCIAL TEÓRICO**1.1- EDUCAÇÃO**

A educação para muitos autores é uma atividade complexa, obtida através das relações interpessoais dos sujeitos. A educação é também histórica e social como podemos observar ao olhar fatos históricos, que mostra as diferentes formas de educação, e como as pessoas viveram em determinados tempos e espaços.

Sendo assim, podemos afirmar que a educação é um produto da relação do homem e da mulher, do espaço/meio em que estes/as encontra-se inseridos e do tempo. Ela surge da interação dos seres, entre si, e com o espaço/meio que estão e em diferentes tempos/momentos, tornando-se histórico. Ela é um processo e condição que o ser humano desenvolveu para suprir suas necessidades e preservar suas próprias vidas.

Nessa direção, podemos pensar que a educação nunca foi trabalhada da mesma forma e dos mesmos modos, durante o passar dos séculos, com os diferentes sujeitos e sociedades. O fenômeno educativo sempre esteve presente nas relações entre as pessoas,

como no tempo das cavernas, em que, na formação das primeiras tribos, os membros da tribo plantavam, colhiam, caçavam, pescavam, desenvolviam uma linguagem pictográfica, escrita, usando símbolos, sons e depois com o desenvolvimento da oralidade, transmitiam esses saberes para os outros membros daquela tribo. Existia ali, uma dimensão educativa, ao fazer o fogo, a roda, ao plantar, entre outros. Com a finalidade de sobrevivência, a dimensão educativa existia naquele processo de troca de um para o outro, como reflete Brandão (2006).

Nesse sentido, é visível que a educação possui, uma intencionalidade, uma finalidade, que é de nos mantermos vivos e sobreviver no planeta. Como era nos primórdios, indicando os animais que desenhavam nas cavernas acreditando dar sorte na caça. Seja nas primeiras tribos plantando, colhendo, fixando-se em determinados lugares, sejam nas primeiras civilizações com a criação da matemática, da escrita, idiomas, das outras ciências do conhecimento como a geografia, em que procuravam criar as cidades próximas aos rios, lagos, em terras férteis. Fazendo uma média de produção de alimentos e armazenando os mesmos, contando o período de chuvas e secas. entre outras formas, em que acabava passando uma dimensão educativa.

Dessa maneira podemos afirmar que a educação é concebida através de um processo, que vem de situações vividas, compartilhadas, através de experiência, de realização de uma atividade, com intencionalidade. E esse processo educativo vem das relações e interações dos seres, que primeiramente se inicia dentro da família. Segundo Szymanski:

A família, nessa perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel de transmissores- os pais- e desenvolvidas junto aos que são receptores- os filhos. Tais práticas concretizam-se em ações contínuas e habituais, ou seja nas trocas interpessoais. Embora não se trate de conhecimento sistematizado, é o resultado de uma aprendizagem social transmitida de geração em geração. Seu caráter educativo expressa-se tanto na finalidade de transmissão de saberes, hábitos, conhecimentos e em procedimentos que garantam sua aquisição e fixação, como também na constante avaliação dos membros receptores quanto ao grau de assimilação e do que lhes foi transmitido. (SZYMASKI, 2009, p. 20).

Assim, a educação é um processo que pode ser formalizado ou não, mas que sempre se inicia dentro da família, e perpassa outros espaços/lugares institucionais, como escolas, igrejas, entre outros, e sob variadas formas de se apresentar e conceber.

Ela é contínua, mutável e intencional, que ajuda no desenvolvimento intelectual e físico do ser humano. Está presente em nossas vidas desde o nascimento, até nossa morte. Pois a cada dia aprendemos e ensinamos, através de nossas experiências do nosso cotidiano. Como é afirmado por Brandão: “A educação está no seu cotidiano, no interior de sua morada: a cultura, lugar social onde circula as ideias, códigos e práticas de produção”. (BRANDÃO, 2006. p. 14).

A educação é o processo de formação de uma pessoa. É a construção de um ser cultural. Ela se encontra nos diferentes espaços do cotidiano das pessoas, produzindo códigos, ideais e comportamentos, e nessa dimensão, o sujeito forma seu caráter, identidade e concepções de mundo a partir de seu processo de educação.

Ao passar dos séculos e com as mudanças ocorridas na sociedade o mundo se modifica, e transforma-se o modo de pensar e se conceber a educação, ela se diversifica como bem mostrou Franco Cambi (1999) em sua obra História da Pedagogia, em que o autor faz um belo trabalho sobre a história da educação passando por vários momentos históricos da educação, mostrando a forma de se pensar e conceber ela nas comunidades tribais, primeiras civilizações, a educação na Grécia e na Roma, passando pela Idade Média, Renascimento cultural, séculos XVIII, XIX, e XX, mostrando em sua obra as mudanças ocorridas na educação em seus diferentes tempo e espaço.

Nessa direção, podemos afirmar que a educação está relacionada e de acordo com o projeto de sociedade que se deseja construir. Mas precisamente de acordo com o projeto de sociedade das classes dominantes. A educação foi, e é marcada por esses projetos de sociedades. Através do modelo de educação, conseguimos ver as ideologias e projetos políticos, dentro desses modos de se fazer à educação.

No Brasil a história da educação está marcada desde seu início por um sistema de exploração, que vem buscando servir aos interesses econômicos, e aos interesses da classe dominante, que assim, acabam alimentando os projetos políticos e ideológicos, que buscam construir e reproduzir processos de desigualdades sociais entre classes sociais, gênero, raças/etnias, entre urbano e rural, entre outros, para assegurar o sistema de exploração do capital. Favorecendo apenas uma minoria, que se encontra no topo da pirâmide das classes dominantes. Segundo Maciel:

A educação, no atual contexto da ideologia neoliberal, tem sido vista, pelo viés da Economia, como formação do capital humano. Segue-se

um modelo de formação, de sujeitos produtivos para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade. Nesse sentido, pensar uma educação que venha na direção oposta a essa ideologia, que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos- conscientes e construtores de sua história- requer uma aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir da sua realidade. (MACIEL, 2011, p. 328).

Compreendemos a percepção de Maciel (2011), pois de fato, a educação vem cada vez mais, emoldurada desse modelo econômico de maximização do ser humano produtor, onde o sistema educativo se volta para construir um futuro de competitividade na busca de ser produtivo, ideal para os interesses do mercado. E como bem explicitou a autora, pensar uma educação diferenciada, que tenha uma direção oposta a essa ideologia, e que atenda às necessidades das pessoas que vivem à margem dos direitos e dignidades da sociedade, requer um grande esforço e uma luta por uma educação mais adequada, que forme o cidadão mais humanizado, politizado, crítico e reflexivo, como vem fazendo os movimentos sociais, que trazem em suas lutas essa educação contra esse modelo hegemônico capitalista de mercado. Segundo Lage:

[...] a educação dentro dos movimentos sociais renova no sujeito o desejo de estudar por diversas razões, tais como sonho da conquista de direitos, a descoberta de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento de capacitação para a luta política, a realização pessoal, entre outros. [...] Dessa forma, problematizar o saber da experiência e compreendê-lo, a partir dos conhecimentos científicos, questionando e sistematizando novos conhecimentos são objetivos que deveriam estar sempre presentes na educação. A educação deve tornar o homem e a mulher livres. (LAGE, 2003, p. 30-31).

Lage (2003) tem razão em seu argumento, pois à educação dentro dos movimentos sociais renova as percepções de mundo nos sujeitos. Nessa educação os sujeitos aprendem a problematizar, contextualizar com suas experiências, o que os ajudam a compreender melhor a sociedade, na medida em que têm acesso à conhecimentos que permitem uma reflexão sobre suas vivências, e uma leitura de mundo, que os fazem interpretar o mundo em que vivem, como já dizia o professor Paulo Freire:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida de roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a

“domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para homem-objeto ou educação para homem-sujeito. (FREIRE, 1967, p. 36).

Na direção de uma educação voltada para as massas, com cunho político, no qual objetivam o despertar crítico e reflexivo dos sujeitos, é que o mestre professor Paulo Freire trabalhou, construiu um legado de concepções a respeito do campo educacional brasileiro. Em sua obra intitulada, “Pedagogia do Oprimido”, Freire destaca que a educação pode servir para despertar e libertar os sujeitos, como também a educação pode alienar e controlar os sujeitos, mediante mecanismos de controle, em que se as pessoas não estiverem atentas, poderão reproduzir discursos contraditórios decorrentes de uma educação que naturaliza as desigualdades e os lugares subalternos em que vivem.

A pedagogia freiriana nos deixa claro, a qual tipo de educação é preciso para ser construir uma sociedade mais justa e igualitária. Como também aponta as concepções de educação na qual serve para o controle da massa, e de manutenção dos privilégios das classes dominantes. Segundo Freire: “a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita fanatismos e inscreve na busca de sua afirmação”. (p.12).

Nessa perspectiva de uma educação voltada para a formação crítica e reflexiva do sujeito, para a tomada de consciência da realidade vivida, é o que o professor Paulo Freire mostrou em seus escritos e legado de uma educação libertadora.

A educação acontece e surge nos mais diferentes espaços. Nos movimentos sociais destacamos a educação popular e a educação do campo, como uma das concepções de educação voltada para a valorização da cultura do povo, e o despertar da leitura de mundo. A educação popular e a educação do campo foram concebidas mediante os movimentos sociais, onde a primeira através dos movimentos populares, e a segunda dentro dos movimentos sociais camponeses.

A educação do popular busca uma educação do povo, voltada para o povo, onde incentiva as pessoas a participação social, posicionamento político, desenvolvendo um pensamento ainda mais crítico e reflexivo sobre os problemas que as pessoas enfrentam e o mundo contemporâneo. Segundo Coelho e Nunes:

A educação popular nasce nos movimentos populares, e atualmente tem como principal objetivo fortalecer tais movimentos. [...] A Educação Popular surge de movimentos experiências vivenciadas em movimentos populares; sendo uma forma de educar diferenciada porque é uma educação que vem das camadas desfavorecidas, ou seja é pelo povo que ao realizá-la se educa. [...] Então podemos dizer que a prática em educação popular acontece quando educandos e educadores se assumem como sujeitos transformadores agindo sobre a realidade a qual estão inseridos. Essa orientação escolar é ainda um desafio quando pensamos a escola pública. (COELHO e NUNES, 2005, p. 2-3).

Acreditamos que um dos principais desafios encontrados na educação popular é esta ser reconhecida na sociedade como um saber que tem validade, pois tanto o saber popular quanto o científico têm importâncias diferenciadas, contudo não podem ser vista dentro de uma relação de hierarquia. Ou seja, percebemos uma resistência da sociedade para com a educação popular, de forma que o sistema escolar não aceita, ou pelo menos respeita, e por isto não valida esses saberes nas instituições escolares. Na escola tem-se uma metodologia pronta e acabada, e a educação não surge das palavras geradoras do cotidiano e dos problemas do educando, como acontece na educação popular.

Ainda compartilhando das ideias de Coelho e Nunes: “A visão trabalhada na escola não é as dos educandos, mas sim a visão que os educadores têm sobre as questões da realidade. Não existe troca de conhecimentos, ou vivencias compartilhada, é imposto um ensino que nada tem haver com a vida dos alunos”. (COELHO e NUNES, 2005, p. 3). Essa não valorização do lugar do sujeito, um currículo totalmente dissociado da realidade vivida pelos estudantes, é encontrada não só na educação urbana, mas também na educação rural.

A educação rural tem seu início a partir de 1910, 1920 momento em que as pessoas no Brasil começaram a migrar para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, em busca de mais oportunidades de emprego. O que ocasionou um grande aumento no número de pessoas na zona urbana, fazendo assim, as autoridades do Estado, pensar uma forma de manter as pessoas da zona rural, em sua localidade. Nesse sentido, o modelo de educação rural esteve associado à modernização do campo, em que a escola no meio rural, era apenas uma imitação da escola urbana. Segundo Maia:

O Plano Setorial de Educação e Cultura (1975- 1979), [...] proponha-se “expandir a escolarização na zona rural pelo menos nas quatro séries fundamentais e melhorar o nível de ensino, reduzindo a evasão e a repetência”. [...] o mesmo documento aponta: ...“embora se tenha a consciência de que a chuva e a colheita solicitam mão-de-obra das crianças, estabelecemos o mesmo calendário escolar tanto para a zona urbana quanto para a zona rural; -os professores que amiúde tem apenas

uma formação urbana- quando a têm- ou seguem padrões urbanos... os materiais de ensino-aprendizagem são escassos devido não apenas à falta de recursos financeiros como também à dificuldade de acesso aos locais onde poderiam ser adquiridos.” (MAIA, 1982, p. 29).

De fato, a educação rural, foi pensada para servir aos interesses da produção econômica, dentro da comunidade. A educação rural foi concebida como uma educação totalmente dissociada da realidade vivida dos sujeitos que moram no meio rural, em que a educação urbana é transportada de forma integral para o meio rural, desvalorizando os saberes e a vida do cotidiano das pessoas desse território. A permanência dos sujeitos nas escolas depende do que esta pode oferecer em relação às atividades escolares e a vida dos sujeitos, ou seja, a permanência das pessoas nas escolas depende do fazer pedagógico desta relacionando o currículo escolar, com a vida cotidiana dos sujeitos. Segundo Ribeiro: “Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra” (RIBEIRO, 2012, p. 296). Esse distanciamento do currículo escolar com o modo de vida desses sujeitos acaba por gerar um sentimento de desinteresse pela escola, ocasionando em grande medida a evasão escolar.

Concordamos com Maia quando a mesma afirma que: “...o ensino ministrado na zona rural tem que ser apropriado a essa realidade;- a escola rural deve ser uma agência de mudança”. (MAIA, 1982, p. 29). Sendo assim, a educação rural passaria de ser apenas uma reprodução da educação urbana, que tem uma concepção totalmente desvinculada da realidade campesina.

Em busca de uma outra concepção de educação, que estivesse voltada para o sujeito, para a valorização de sua cultura, de suas vivências e de sua realidade do cotidiano, surge através dos movimentos sociais, a educação do campo. Que através dos movimentos campesinos, luta pela a terra e por uma educação contra o modelo hegemônico neoliberal. Essa concepção de educação vem das experiências das lutas do campo, em que busca também uma valorização de sua identidade e territorialidade. Segundo Fernandes:

[...]a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. [...] Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em

construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. [...] Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida. (FERNANDES, 2006, p. 28).

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses na construção de uma política educacional para os sujeitos invisibilizados do campo, nos ajuda a entender de forma mais clara, em qual tipo de educação estava-se pensando quando designaram o termo Educação do Campo. De fato, a concepção dessa educação é voltada e compreendida como um processo de construção que contemple os sujeitos do campo, suas singularidades, e cultura, levando em consideração e respeitando o trabalho do camponês e modo de vida. Segundo Molina e Freitas:

[...], a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas. Parte relevante do Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural. (MOLINA E FREITAS, 2011, p. 19).

A educação rural e do campo historicamente tem sofrido com políticas públicas que as colocam como lugar de punição, como lugar do atraso, de escolas precárias em suas estruturas físicas, equipamentos velhos e ultrapassados, e de uma crença de um lugar com pouco desenvolvimento e de pessoas com poucas capacidades de aprendizagem.

Essa educação de início foi chamada de Educação Básica do Campo, depois da I Conferência Básica do Campo de julho de 1998, passou a ser chamada de Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília em novembro de 2002. A educação do campo afirma luta por políticas públicas que garantam a educação para os trabalhadores do campo. Segundo Caldart,

A educação do campo, [...] tem algumas características[...] Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feitas por eles mesmos e apenas em seu nome. [...] Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes. [...] Combina luta pela educação e luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. (CALDART, 2012, p. 263-264).

Essas são algumas das características que definem o que pode ser Educação do Campo. Ela tem um cunho emancipador, respeita e valoriza o trabalho e os sujeitos do campo, entendendo seus espaços de práticas sociais, culturais e políticas. Nesse sentido

como afirma Caldart é uma educação feita por eles mesmos e apenas em seu nome, preocupando também com a escolarização da população do campo.

1.2- ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLA

A história da educação no Brasil é permeada por processos de escolarização. Podemos perceber isso, com o início da formação do processo de colonização, com a iniciação das primeiras instruções dos europeus para com os povos indígenas, chamados por eles também de negros nativos. Evidentemente com muitas mudanças e resignificações, a escolarização muda e vem mudando o modo e a forma dos sujeitos ver e pensar o mundo até os dias atuais.

Antes de entrar no início do processo de escolarização, precisamos ter uma ideia do que se trata esse campo. Entre os mais diversos conceitos existentes, nos aproximamos do conceito de escolarização trazido por Veiga, que compartilha de pensamentos sociológicos e filosóficos da educação, tomando como ponto de partida a escolarização como sendo uma rede de controle, e de produção social através das relações de poder. Nessa direção, configurando a escolarização como sendo um projeto de civilização, afirma que

[...] precisássemos falar de uma história da educação, de forma que aprendêssemos não a “escola como dispositivo”, mas o “dispositivo de escolarização”. [...] Foucault afirma que é o hospício que produz o louco como doente mental; poderíamos dizer o mesmo em relação ao dispositivo de escolarização, ou seja, é a escola que produz o analfabeto como ignorante[...] a escolarização como dispositivo: uma rede que se estabelece diante de elementos heterogêneos que envolvem os discursos, o espaço escolar, as ideias, o currículo, os materiais escolares, os procedimentos etc.; a natureza da relação entre esses elementos está no âmbito das relações de poder e é de caráter estratégico, confirmando-as como produtos e produtoras do saber. (VEIGA, 2002, p. 91).

Nessa direção, encontramos a escolarização como sendo parte do processo de formação dos seres humanos, em que, esta é vinda geralmente de instituições formadoras sociais, em que, muitas delas em suas práticas pedagógicas, sugerem o controle dos sujeitos. Estabelecem relações de poder com os sujeitos, e essa relação de poder é de caráter estratégico, e encontra-se implicada durante todo o seu processo escolar. A escolarização geralmente advém de instituições, que em sua própria estrutura física já denuncia e mostra para que esta existe, como a formação de filas para ir ao refeitório, hora de ir ao banheiro,

de lanchar, entre tantos outros elementos dentro da rotina das escolas e da sala de aula, que denuncia principalmente a perspectiva do controle.

A escolarização oferece elementos heterogêneos com discursos, concepções de educação, visão de mundo, ideias, entre outros. Tudo isso, estão contidos nos currículos escolares, que podem ser encontrados de forma explícita, no currículo prescrito, como também de forma implícita, o que se denomina de currículo oculto. Currículo esse não prescrito, mas presente em toda a fala dos/as professores/as, que dependem de suas concepções educativas e leitura de mundo. Segundo Veiga:

Outro tema importante a ser destacado são as proposições de Foucault relativas à produção de uma tecnologia de controle que ele afirma estar presente em diferentes instituições, tais como o hospital, o exército, a escola, a prisão, a fábrica. Esta tecnologia recebe o nome de poder disciplinar. Embora o autor tenha desenvolvido de forma muito sintética as técnicas de controle em relação às escolas. [...] A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. FOUCAULT (1981, p. 105 *apud* VEIGA, 2002, p. 91-92).

Nesse sentido, como mostra Foucault, saber e poder estão intimamente relacionados, de forma que, o exercício do poder é lugar de formação do saber, e que este saber, também constitui relações de poder. Com isso, percebe-se que as relações de poder não só está ligada ao Estado, mas que estas relações perpassam todos os âmbitos e os sujeitos.

São diversas as instituições que escolarizam os sujeitos, a escola, as ONGs, os movimentos sociais, as comunidades indígenas, entre outros. Podemos encontrar diferentes dimensões educativas delas, cada um com um modo de fazer e de pensar a educação, que pode ser encontrada nos mais diversos espaços sociais. Entre essas instituições que trabalham nessa função de educar e/ou escolarizar, temos a mais conhecida e pronunciada no vocabulário das pessoas, que é a escola. Como visto, a escola vai se instituindo para formar uma sociedade disciplinada, produtiva e voltada para o mercado.

Na escola aprendemos os comportamentos básicos para se viver em sociedade, bem como também é o espaço/lugar que se pode adquirir mais conhecimentos, e sistematizar os conhecimentos já existentes. A escola não como a conhecemos hoje, mas de forma diferente, foi se difundindo na história da humanidade, surgindo na Grécia Antiga, passando por outros tempos históricos, e outras sociedades na busca de difundir, comunicar e organizar a sociedade. No Brasil, podemos dizer que o fenômeno escolar inicia-se com

chegada dos jesuítas para a catequização dos povos indígenas. Como afirmam Oliveira e Barros:

Inicialmente na construção da educação brasileira tivemos a atuação dos jesuítas que além do objetivo imediato de catequizar, tinham o objetivo de colonizar o novo território descoberto, com eles os primeiros exemplos educacionais tão marcantes no Brasil colônia que iriam influenciar até o Brasil República, que naquele momento do país seiscentista estavam institucionalizando a educação através das criações de colégios para oferecer gratuitamente ensino secundário de humanidades o que atendia por demais à exigência da sociedade da época aristocrática e escravocrata. [...] com a troca de interesses entre a Coroa e a Companhia de Jesus, que mantinha a ação jesuítica no Brasil passa a trajetória educacional de meados do século XVI até o século XVIII, assim o foco vai se modificando e não há mais interesse na presença dos jesuítas nem como colonizadores e nem educadores, a educação passa a ser regida pelas leis vindas de Portugal através de reformas pombalinas, legitimadas pela Legislação Pombalina. (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p. 5).

De fato, é possível pensar a atuação dos jesuítas como sendo o início de um processo de educação escolar no Brasil, já que os índios tinham sua forma de educação. Percebemos pela a história que a atuação dos jesuítas, foi um processo de educação recheado de intencionalidades em busca do objetivo de colonizar e catequizar os povos indígenas, trazendo com isso a subordinação dos nativos, escravização e a imposição cultural. Com o avançar na história, percebemos as mudanças de interesses e os jogos de relação de poder, quando os colégios jesuítas fecham e a metodologia de ensino muda. A escola de início pensada para poucos, nos mostra que desde sempre vem influenciando, interferindo, construindo, e formando a sociedade. Ainda segundo Oliveira e Barros:

A mudança sensível no Brasil se dar justamente pelos fechamentos dos colégios jesuítas [...] A metodologia principal de ensino era ministrar aulas régias para meninos e por professores concursados, [...] com o controle do Estado português, cria-se subsidio literário como maneira de controlar a produção de cana e a arrecadação advinda dela, [...] a escola [...] há muito tempo tem influenciado na sociedade construindo um povo civilizado, [...] toda educação era controlada no início do século XIX pela indicação de vigilantes através de Inspetorias de Ensino, [...] para a elite brasileira, a escola para os pobres deveria ser baseada no aprendizado somente das primeiras letras, na busca de com isso civilizar o povo. (OLIVEIRA e BARROS, 2010, p. 5-7).

A educação colonial desde o início vem apresentando mudanças no Brasil, com as aulas régias para meninos por professores, mesmo que distante ainda de se aproximar de uma educação desejável, que inclui todos os sujeitos, na busca de construir e compartilhar conhecimentos, como ler o mundo criticamente, e questionar a estrutura social existente. Essas aulas régias mostram uma mudança na época, pois elas compreendiam o estudo das

humanidades, estudos estes que passa a pertencer ao Estado e não mais a Igreja. Configura-se assim, a primeira forma de ensino público no Brasil. Entretanto as aulas pouco alteraram a realidade educacional do país, pois ainda eram restritas as elites locais, perpetuando um modelo produtivo, excludente e escravista.

De fato, a escola e a escolarização, foram pensada como forma de controlar a sociedade, que deveriam ir para esses espaços receber instruções de como deveriam agir, e atuar, para conviver melhor em sociedade. Compartilhamos das ideias de Veiga, que a escolarização controla, influência e produz os sujeitos, os modos de vida e toda uma cultura. Segundo Veiga:

Foi no contexto de competição de talentos e do ideal de distinção intelectual que as monarquias mantiveram a recusa em estender os saberes a outros grupos sociais; para isso seria necessária uma reforma, senão uma transformação das relações de poder. [...] A escolarização no século XIX, pela extensão do autocontrole ao conjunto das relações sociais, é também uma extensão do controle da violência (castigos físicos) sobre as crianças, interferindo no âmbito privado das famílias em geral.[...] a perspectiva do Estado de incluir os pobres na escolarização para completar o processo civilizatório pressupôs homogeneização das relações sociais, que ao mesmo tempo, somente se estabeleceram como homogênicas por pressuporem uma diferenciação. [...] escolarização; é produtora e reprodutora de formas sociais, da socialização, expressa na difusão da cultura escrita, do saber científico, e na produção dos talentos e da individualização. (VEIGA, 2002, p. 98-100).

Assim a escola homogeneizou as relações de gênero, validando a cultura masculina como o modelo a ser seguido. A escolarização ainda homogeneizou os papéis sexuais, pois passou a socializar e valorizar uma cultura embranquecida, impondo estas e outras formas de ver e perceber o mundo em sua volta. De fato, como mostra Veiga a escolarização foi e ainda é, fortemente produtora e reprodutora de formas sociais, da socialização, expressa na difusão da cultura escrita, do saber científico, e na produção da individualização e de pessoas para se inserir no mercado de trabalho.

O documentário “Escaralizando o Mundo” é uma produção de 2011, disponível gratuitamente no YouTube, com legenda em português. Este documentário é uma co-produção americana e indiana, com direção e edição de Carol Back, que mostra como a educação escolar tem servido ao longo dos últimos séculos a colonização e servindo atualmente, à homogeneização da cultura.

Esse filme foi filmado em Ladakh na Ásia conhecida como pequena Tibet, e também em uma região do Himalaia, com base nesses locais, mas não apenas se

restringindo a eles, o documentário alerta para o fato das promessas que estão por trás dos projetos de escolarização em vários lugares do mundo. Promessas essas que nem sempre são e podem ser cumpridas, como a ascensão econômica dos sujeitos, melhor qualidade de vida e mercado de trabalho, que distante de cumprir as promessas anunciadas, assim como mostra o filme, a disseminação de valores e modos de se comportar ocidental moderno, são passadas e promovidas por meio da escolarização. O que muitas vezes acabam levando à destruição de identidades, de locais, de modos e formas de viver e pensar que as diferentes pessoas tem sobre a vida e o mundo, acaba por ocasionar a homogeneização cultural. Fazendo uma troca de modos de vida tradicionais por modos de vida de uma cultura de subempregos que, cada vez mais, estão se tornando escassos nessa sociedade de consumo acelerado, tendo em vista a enorme quantidade de procura por trabalho, pela necessidade de sobrevivência.

Essa produção nos mostra de forma clara e objetiva o lado para que a educação está voltada nos últimos séculos. É uma produção que permite refletir sobre esse outro lado da escolarização, um lado perverso, em que o sistema de ensino adere aos projetos hegemônicos pautados para o capital, e em face disso para a aniquilação dos interesses populares.

A escola moderna, na busca incessante de escolarizar para formar cidadãos para o mercado de trabalho, acaba por reproduzir desigualdades sociais, culturais, de gênero, de raça/etnia, de credo, de classes sociais, entre outros. Assim como é mostrado no documentário, nem sempre a escolarização e as concepções de educação dos/as educadores/as estão voltadas para a autonomia e emancipação.

Fazendo um paralelo do documentário escolarizando o mundo e a realidade brasileira de ensino, nos aproximando mais da educação urbana e rural, que podemos observar os muitos sujeitos que saem de seus lugares (geralmente do campo para a cidade/ou grandes centros urbanos) para irem buscar educação, que muitas vezes não são ofertadas em suas próprias localidades. Assim muitos sujeitos partem para outros territórios na tentativa de conseguir ter melhorias para suas vidas, objetivando conseguir mais conhecimentos e assim ter uma formação escolar.

Entretanto na maioria das vezes esses sujeitos outros, que se deslocam de seus territórios para irem em busca de educação, quando chegam nos grandes centros urbanos são minimizados e desconsiderados seus traços territoriais, suas identidades, seu idioma,

sua forma e modo de falar, seu modo de vestir, de andar, são desconsiderados em sua cultura. O que ocasiona um problema para esses sujeitos, que passam por um processo de desvalorização de seus próprios costumes e cultura, por imposição de uma outra cultura, linguagens/ formas e modos de falar, de vestir, de andar e se expressar. Acaba por receber uma educação totalmente dissociada de seu contexto de vida, o que interrompe seu avançar profissional dentro do lugar ao qual vive. Quando chegam em suas localidades não sabem mais desenvolver o trabalho na estrutura familiar ou comunitária, como a plantação, entre outros. Como é mostrado no documentário “Escolarizando o Mundo”.

A escola e a escolarização de fato constroem a diferença, escolariza os corpos e as mentes, distinguindo o que pode ou não pode fazer, separando por cor, raça/etnia, religião, gênero, e classes sociais. Desde o início a escola foi e, é a fabricação das diferenças e da sociedade. Segundo Louro:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entendi disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos-tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela a sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. Concebida inicialmente para acolher alguns- mas não a todos- ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. (LOURO, 1997, p. 57).

Ficando algumas vezes evidente, e outras não, que o aparelho escolar, dentro de sua função ao escolarizar os sujeitos consegue de forma clara produzir a sociedade. Através de seus múltiplos mecanismos, a escola classifica, ordena, e hierarquiza os sujeitos sociais, produzindo diferenças, e distinções. Com as reivindicações de inserção daqueles/as aos/às quais teria sido negada, a escola reformula e se diversifica em sua organização, para que assim ela “garanta” a produção de diferenças entre os sujeitos. Ainda segundo Louro:

Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir”- e também produzir- as diferenças entre os sujeitos. [...] A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...] aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as

sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentidos”, institui múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 1997, p. 57-58).

De forma explícita com o currículo prescrito, e de forma implícita com o currículo oculto, a escola delimita espaços, lugares, modos e formas de se viver, de ver e pensar o mundo. É bem verdade, que os/as professores/as e as instituições escolares em suas práticas de escolarização aponta os lugares, formas e modelos a serem seguidos, como também, permitem que os sujeitos se reconheçam, ou não nesses modelos.

As instituições escolares por meio da sua escolarização através de uma relação de poder e controle social, buscam disciplinar os sujeitos para se ter uma sociedade controlada, onde mentes e corpos são escolarizados em leitura padronizadas. Segundo Louro:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, aos mesmos tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produz diferença. Evidentemente, os sujeitos não passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou assumem inteiramente. Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que “passara pelos bancos escolares” (LOURO, 1997, p. 61).

É visível que a escolarização está carregada de intencionalidades, seja para o controle social, ou para a emancipação dos sujeitos, mediante uma formação crítica e reflexiva como nos mostrou o grande mestre professor Paulo Freire. De fato, ao olhar a formação e o processo de escolarização existem muitos modelos educacionais que servem para o mercado do capital, em que os sujeitos são tidos como apenas meros receptores de alguns conhecimentos e não todos, tornando-se assim uma educação desigual, que classifica e exclui os sujeitos. Entretanto há também, uma educação voltada para a formação crítica e reflexiva, com uma leitura de mundo, em que possibilita o avançar e o crescimento dos sujeitos, emancipando-os. Tornando homens e mulheres livres. Geralmente essa educação

encontra-se dentro dos movimentos sociais, e/ ou em algumas instituições e professores/as que tem uma base ideológica inclusiva.

1.3- COR E RAÇA NA ESCOLARIZAÇÃO

A história da formação social brasileira, desde o início mostra-se recheada de conflitos raciais e étnicos. Os europeus, homens brancos, que aqui chegaram, impuseram condições aos habitantes da “Terra prometida” ao qual chamaram seus habitantes de índios, na tentativa homogeneizar e categorizar os nativos, que mediante uma relação de poder foram violentamente submetidos à uma cultura eurocêntrica. Os homens brancos, vestiram aqueles povos, impuseram sua língua estrangeira, e na tentativa de “civilizar os selvagens” proibiram o cultos aos religiosos, danças, e expressões míticas. Distinguindo-se e separando-se, os europeus construíram uma lógica de classificações tomando por base suas características fenotípicas. Para Quijano (2005) a ideia de raça se originou no período das expansões marítimas, sobretudo no processo de colonização da América. Afirma que,

Com o tempo, os colonizadores codificaram como os traços fenotípicos dos colonizados e assumiram como a característica emblemática da categoria racial. [...] Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 227-228).

Ao conquistarem as terras, pela a violência e escravidão, sob forma de dominação, os conquistadores colocam os conquistados em uma posição de inferioridade. Esta inferioridade é o grande legado que o colonialismo deixou e que perpassa séculos após séculos (QUIJANO, 2005). Tornando-se uma sociedade que “naturalmente” foi estratificada, e que utiliza dessa ideia de inferioridade como argumento para tentar justificar as desigualdades sociais.

Nessa direção, o Brasil passou séculos com a imposição cultural, e a utilização do trabalho escravo. Segundo Munanga:

No início, os portugueses [...] apostaram em provocar mudanças em suas culturas, começando por sua conversão ao cristianismo. Gradativamente, submeteram essa gente a um intenso processo de aculturação que os

integraria na visão de mundo ocidental; o que faria deles índios de “alma branca”. Assim, ensinaram sua língua aos índios, prescreveram como deveriam se comportar, o que deveriam temer, em quem deveriam acreditar e as leis que deveriam respeitar. Esse conjunto de procedimentos constituiu a chamada Missão Civilizadora. Missão de responsabilidade dos homens brancos em relação aos povos por eles descobertos, qualificados como selvagens ou primitivos. [...] A Missão Civilizadora tinha como verdadeira intenção a dominação (MUNANGA, 2006, p. 14-15).

A dominação, e a exploração econômica das riquezas do país, são uns dos principais motivos dessa missão. Para explorar toda a riqueza existente, os colonizadores escravizaram os indígenas. É importante destacar “a resistência dos povos indígenas ao processo de escravidão teve duas consequências notáveis: a sua massiva exterminação e a busca dos africanos que aqui foram deportados para cumprir o que os índios não puderam fazer. Assim, abriu-se caminho ao tráfico negreiro” (MUNANGA, 2006, p. 16).

O processo de escravidão foi o meio em que os portugueses encontraram para tirar mais lucro da nova colônia. A escravidão é uma prática antiga na história da humanidade, tendo em vista que no continente africano eram escravizados os membros que perdiam uma guerra entre tribos, e não tratados como mercadoria, o que aconteceu na colonização da América. Que foi a relação de sujeição ou subalternização de um grupo social sobre outro, em que as experiências de escravização no contexto ocidental, sempre teve a perspectiva de libertação através do trabalho, uma das formas de conseguirem manter essa relação de dominação. Assim muitos escravos tentam ser libertos com sua força de trabalho.

Partindo de uma perspectiva dos estudos Pós-coloniais, depois de muita resistência e lutas, os africanos conseguiram encerrar com a escravidão legal no Brasil. Ao se deparar com a impossibilidade de manter o sistema de escravidão no país, após pressões internas as elites portuguesas e brasileiras são obrigados a deixar a escravidão e “libertar” os negros. Sabemos que, mesmo após a libertação dos negros, eles foram aprisionados em um outro tipo de escravidão, ficaram presos na discriminação racial, no preconceito por cor, raça e etnia, e uma falta de possibilidades de terem os direitos garantidos.

O preconceito racial é umas das marcas que deixaram os colonizadores no inconsciente social dos colonizados. A expressão desse preconceito se traduz nas falas, frases e “piadas” racistas, que a sociedade brasileira acaba por reproduzir essas práticas sem se dar conta da violência social sobre estes povos. Outro fator para a persistência das discriminações raciais é muitas vezes, por esse tema não ser tocado abertamente na família,

nas escolas, e na vida social. Tornando-se assim assuntos silenciados. Todo essa aversão aos grupos colocados como inferiores historicamente vem da ideia de raça. Segundo Munanga:

[...]o conceito de raça pode nos remeter a diversas dimensões, como a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão, o racismo, a luta política pela afirmação da identidade negra e as imagens construídas e mantidas sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país. [...] Dependendo da maneira como é utilizado, o conceito raça pode ter uma conotação própria do campo das ciências naturais. Nesse campo, trata-se de um conceito utilizado para definir classes animais que têm origem em um tronco comum, com características físicas específicas relativas à cada raça. [...] Já o Movimento Negro e vários estudiosos, atualmente, quando usam o termo “raça”, não o fazem alicerçados na ideologia nazista. Ao contrário, eles rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito dando-lhe um outro significado, relacionando ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial (MUNANGA, 2006, p. 174- 175).

Para estudiosos e militantes do movimento negro, utilizar a palavra raça com o conceito no seu sentido mais político da palavra, é uma forma de destacar o racismo existente no Brasil. O que estas vozes querem é que as pessoas entendam e percebam a quem estão se referindo, quando usar o termo raça, eles estão querendo valorizar a história da população negra e também denunciar o racismo existente no país. Assim, acabam por destacar as condições de vida que foi, e é, destinada para a população negra no Brasil, que sofre até os dias de hoje os resquícios da colonização.

Outro termo muito utilizado por estudiosos, pesquisadores da temática racial, e militantes negros, é o termo etnia. Que tem a intenção de destacar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas de seus progenitores, mas sim, por processos históricos e culturais. Segundo Munanga:

Muitos intelectuais e educadores rejeitam o uso do conceito de raça e preferem usar o termo “etnia” para se referir ao segmento negro da população brasileira. Acreditam que o conceito etnia é mais adequado porque não carrega o sentido biológico, atribuído a raça, o que colabora para a superação da ideia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores. [...] A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais mas, sim, por processos históricos e culturais. Dessa forma, etnia é outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico-racial dos negros e outros grupos em

nossa sociedade. [...] É por isso que dizemos que as diferenças mais do que dados da natureza, são construções sociais, culturais e políticas. [...] conceitos que usamos no dia-a-dia não são construídos ingenuamente. Eles estão imersos em um contexto histórico, cultural e político (MUNAGA, 2006, p. 176-178).

Conforme nos explica Munanga o uso do termo etnia se coloca na intencionalidade de distanciar o conteúdo de existência de raça superior e raça inferior de seres humanos. Nessa direção, o autor ainda afirma que existe um terceiro termo que muitos estudiosos, pesquisadores e militantes utilizam para se referir aos membros dos grupos de alguns segmentos. Segundo Munanga:

Não se trata aqui de brigar para definir qual o conceito melhor para nomearmos o pertencimento étnico/racial dos negros no Brasil. [...]Para compreender melhor a relação entre raça e etnia alguns estudiosos adotam a expressão “étnico-racial”. Está é usada na tentativa de explicitar que, ao nos referirmos ao segmento negro da população brasileira, tanto na dimensão cultural (linguagem, tradições, ancestralidade) quanto a racial (características físicas visivelmente observáveis, tais como cor da pele, tipo de cabelo etc.) são importantes e estão articuladas. Ambas devem ser consideradas em conjunto (e não de forma separada) quando falamos sobre a complexidade do que representa “ser negro no Brasil” (MUNANGA, 2006, p. 178).

A questão de ser negro no Brasil mostra-se algo complexo, pois esses sujeitos pertencentes a esses grupos foram postos historicamente a viver em uma condição de vida precária como mostra a história, tratados como seres inferiores e escravizados, sofrendo violências de todas as formas como membros cortados, presos, sem comidas, conforme os castigos dos seus senhores. A violência no período da escravidão deixou marcas até os dias de hoje. Mulheres eram abusadas pelos senhores brancos, e posteriormente queimadas e cortadas pelas suas senhoras, sofriam uma dupla violência. O imaginário de inferioridade perpetuou e gerou o racismo, um comportamento de aversão às pessoas de pertencimento racial diferente do segmento branco, como por exemplo a cor da pele, o tipo de cabelo, formato de rosto, nariz, boca, entre tantos outros aspectos físicos. Segundo Santos:

O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros...[...]Governos e ideologias conservadores usaram e abusaram dela, através da História para se defenderem e propagandarem seus propósitos e realizações. [...] Diz o Larousse que o racismo prega, em particular, o confinamento dos “grupos inferiores” dentro de um país (segregação racial). Isto sugere, para começar, que há diversas formas de racismo, sendo a segregação apenas a mais ostensiva (SANTOS, 1984, p.11-14).

A segregação racial que vem do racismo impossibilita o avançar dos sujeitos pertencentes ao segmento negro da sociedade em muitos espaços sociais, tendo em vista

que, muitos não conseguem prosseguir e completar os estudos, por sofrerem diversas situações de discriminação nas escolas, e/ou porque, precisam trabalhar para completar as despesas da sua família, e acabam por não permanecerem na escola, dificultando o acesso e a qualificação do mercado de trabalho. Segundo Ianni:

A questão racial [...]. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificada, mas persistente. [...] A questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação. Vista assim, em perspectiva ampla, a história do mundo moderno é também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade. [...], a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades como para cientistas sociais, filósofos e artistas (IANNI, 2004, p. 21).

De fato, os jogos de relações de poder persiste nas relações raciais com o passar dos tempos. Assim evidencia, uma desigualdade criada e sustentada com bases nesse jogo de poder e saber que historicamente colocaram os negros como inferiores e os brancos como superiores. Em decorrência dos requícios coloniais ainda hoje o negro e a negra sofrem com as marcas do passado, que constantemente resurgir e se materializa no preconceito e discriminação no cotidiano. Segundo Lima:

[...]existem vários grupos socialmente desvalorizados, temos tantos tipos de preconceito quantos pertencimentos a grupos minoritários na estrutura do poder. [...] De maneira em geral, as mais atuais definições de preconceito baseiam-se em Allport e refletem uma forte influência da cognição, uma vez que concebem esse fenômeno como um erro cognitivo. Augustinos e Reynolds (2001) sintetizam o conteúdo das mais modernas definições do tema e pontuam dois aspectos principais no modo como o preconceito é definido: a) uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos; b) algo que é aversivo e não justificado, irracional, errado e inflexível. [...] o preconceito pode ser entendido também como uma atitude racional que produz comportamentos estratégicos nas relações intergrupais, com ênfase na manutenção da posição social dos grupos, que reflete muito mais do que a experiência social dos indivíduos, as normas sociais dos seus grupos de pertença. É assim que vários autores vão definir o preconceito como uma decorrência das relações de poder assimétricas entre os grupos sociais. (LIMA, 2001, p. 455-458).

É nessa relação de poder sobre o outro, que o preconceito e a discriminação racial vai tomando corpo e se firmando na sociedade. Mesmo sendo o preconceito diverso, algumas características comuns estão presentes nos mais diversos tipos de preconceitos, a ênfase e hierarquização das diferenças, sentimentos de hostilidade contra alguém e/ou a um grupo social, resistência social de aceitação do outro, modelos de ser, estereótipos, entre

outros tantos fatores, são algumas configurações de elementos comuns em que o preconceito se manifestam. Como afirma Lima:

[...]cada tipo de preconceito tem suas especificidades, alguns elementos são comuns a todas as formas: a) a ênfase e hierarquização da diferença entre grupos; b) os sentimentos de antipatia contra alguém, simplesmente porque pertence a um grupo; c) a uniformização ou homogeneização dos membros do grupo, alvos de preconceito; d) uma resistência social e cognitiva à desconfirmação de crenças e expectativas negativas em relação a esse grupo, mesmo quando as evidências favoráveis ao grupo são fortes. [...]construção do “modelo de ser”, ou protótipos, que atuam como normas que definem quem é “adequado” e quem não é. Também comum é o fato de essas definições serem engendradas num quadro de relações de poder, pelos grupos que dominam e contra os que, dominados, serão vítimas do preconceito. (LIMA, 2011, p. 458-459).

Como vimos existem vários elementos comuns nos diversos tipos de preconceitos, que são atitudes de julgamentos antecipados que vem recheados de sentimentos de superioridade sobre determinados grupos, hierarquização, estereótipos, antipatias e aversões ao diferente.

É importante destacar que as desigualdades sociorraciais existentes, são decorrentes dessa naturalização do racismo, preconceito e discriminação no Brasil. É visível que os negros e negras, não tem as mesmas oportunidades e não estão nos mesmos lugares que os brancos, e as brancas. Notamos frequentemente as pessoas negras em contextos, locais e posições menos favorecidas do que as pessoas brancas, e são inclusive representadas nas mesmas condições na TV, no cinema, no trabalho, nas escolas. É o explícito o maior número de pessoas brancas em lugares, no trabalho, na TV, no cinema, em profissões mais prestigiadas socialmente, em relação ao quantitativo menor de pessoas negras. Segundo Santos:

A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afrobrasileiros (que já eram livres antes mesmos da abolição em 13 de maio de 1888) da discriminação racial e das consequências nefastas desta, com a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava submetida a escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afrobrasileiros (HASENBALG, 1979; SANTOS, 1997, apud SANTOS, p. 21).

De fato, o legado da escravidão no Brasil ainda permeia as relações sociais entre os sujeitos. É visível a desigualdade existente no mercado de trabalho, nas escolas, nas profissões, nos salários do homem e da mulher branca, e do homem e da mulher negra, nas

posições sociais em que cada um é colocado e ocupa na sociedade, no discurso da meritocracia, nos papéis sociais.

Nessa direção o autor Munanga em seu livro intitulado: “O negro no Brasil hoje”, traz os resultados de algumas pesquisas realizadas por organizações e instituições que mostram a situação econômica e social do/a negro/a no Brasil. Em seus achados o autor revela que:

[...], de todo o rendimento, somando salário, aposentadoria, programas de renda mínima e aplicações financeiras, 74,1% ficam com os brancos. O homem branco é o principal beneficiado: fica com 50% do total da renda do país. São esses os resultados de uma análise da ONG (organização não-governamental) Observatório Afro-brasileiro com base em dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o economista Marcelo Paixão, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e coordenador do Observatório, só 25,9% dos rendimentos ficam com os negros- juntando os identificados como pretos (ficam com 4% da renda) e pardos (21,9% da renda). O Brasil branco recebe, portanto, uma renda 2,86 superior ao Brasil negro. “É um exercício para pensar como a desigualdade e a pobreza no Brasil têm um evidente componente racial. A riqueza está concentrada entre os brancos, enquanto, entre os pobres, a maioria é de negros”, afirmou. A proporção de renda recebida pelos brancos (74,1%) é maior que a presença deles na população (53,8%) e entre as pessoas com rendimento (58,1%). A parcela de renda apropriada pelos negros (pretos e pardos), 25,9% é inferior à presença deles na população (45,3%) e entre pessoas com rendimento (41,9%). (MUNANGA, 2006, p. 171).

As relações de desigualdades de gênero e raciais são problemas que persistir ao passar dos séculos no Brasil, e especialmente no campo da educação. Homens negros e mulheres negras vivem em pior situação socioeconômica, em relação aos homens brancos e a mulheres brancas, como podem ser confirmados nos dados de todos os censos demográficos realizados pelo IBGE no Brasil.

Por isso, estudar a questão racial como variável para se entender a formação social mediante a trajetória de educação escolar, nos conduz a compreensão de como a escolarização pode servir de instrumento de dominação ou de emancipação entre negros, pardos e brancos.

2. METODOLOGIA

Com o intuito de compreender melhor o tema abordado, nossa pesquisa esta ancorada em uma abordagem qualitativa, uma vez que esta nos possibilita uma maior facilidade para conhecer melhor as questões que o estudo aborda e por entender que:

Com o termo “pesquisa qualitativa” queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pesquisa ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p. 23).

A nossa pesquisa é de cunho qualitativo porque pretendemos olhar os resultados de escolarização de sujeitos de grupos sociais e raciais diferentes, na perspectiva de compreender o seu contexto e as questões que surgiam em torno das desigualdades sociais existentes.

A pesquisa foi exploratória, pois explorou-se os dados durante a pesquisa, realizando a coleta dos dados no site Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, necessários para a elaboração de tabelas. E fez um levantamento bibliográfico sobre o tema pesquisado. Segundo Gil:

Estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências praticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Selltiz ET AL., 1967, p.63 apud GIL, 2002, p. 41).

A pesquisa também foi explicativa, pois visa buscar uma explicação para o fenômeno estudado, procurando as causas e suas consequências, confrontando teoria e prática, explicando a pesquisa de forma clara e explícita. Segundo Gil:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é

o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. (GIL, 2002, p. 42).

Utilizamos como método para esta pesquisa, o Método do caso Alargado, que parte do Estudo de Caso convencional e ao final alarga suas implicações dentro do tema ao olhar a sociedade. O Método do Caso Alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem. (SANTOS, 1983, p. 11).

A Coleta de Dados foi realizada no site do IBGE no Censo Demográfico de 2010 publicados, referentes as mesorregiões Agreste, Mata, Sertão e São Francisco do estado de Pernambuco. Nesse sentido, a pesquisa teve como base de dados estatísticas educacionais que merece uma atenção sobre sua validade e fidedignidade. Nessa direção, Ferraro afirma que,

Analisar “níveis de alfabetização e de letramento na população brasileira ao longo dos censos” implica lidar com estatísticas educacionais. Isso coloca o problema da qualidade (validade e fidedignidade) dessas estatísticas, problema este certamente tão velho quanto as próprias estatísticas, provavelmente mais grave quando se trata de estatísticas sociais, como as da educação. (FERRARO, 2002, p. 22).

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1. EDUCAÇÃO

A educação permeia as relações sociais entre os sujeitos, nela os sujeitos buscam sobreviver, aprendendo sempre, e também ensinando. O fenômeno educativo necessita de interação dos sujeitos com o meio e com os outros sujeitos, criando-se dessa forma o um

ambiente favorável para construção de algo novo, novos conhecimentos, novas experiências por meio dessa interação. Obtido através de processos de interações rápidas, e/ou demoradas de convivências entre os sujeitos, a educação encontra-se presente a todo momento, sempre estamos ensinando algo e aprendendo algo. O fato, é que, a construção de conhecimento esta intimamente ligada à busca pela sobrevivência e uma melhor forma de viver.

A educação inicia-se num primeiro momento com a família, em que ela é concebida com situações vividas, compartilhamento de experiências, experimentações, realizações de atividades, conversas, entre outros meios e formas de se observar a educação. Ela surge na família e depois perpassa por toda a vida humana. Como afirma Brandão: “A educação está no seu cotidiano, no interior de sua morada: cultura, lugar social, onde circula as ideias, códigos e práticas de produção”(BRANDÃO, 2009, p.20). Nessa direção, sendo a educação algo presente nas culturas e pertencente aos seres humanos, as formas em que a educação escolar é ofertada e vivenciada, modifica-se com o passar dos tempos e os lugares. A importância da educação não é algo novo na história da sociedade, e atualmente percebemos uma mobilização dos sujeitos em defesa e melhorias na educação, pressionando governos por mais políticas públicas que incentive e melhore mais as condições de trabalho no campo da educação.

Mesmo as pessoas dando a importância que merece e reivindicando melhorias e avanços na educação, mostrando a relevância dela para o desenvolvimento do Brasil, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola ou creche segundo dados do censo demográfico de 2010, como mostra a tabela 1, são estatísticas de importância para refletir, pois mostra um número relevante de pessoas que nunca procuraram frequentar escola ou creche nas mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco como mostra o censo de 2010.

Nessa pesquisa buscamos conhecer as tendências que os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco apontam a partir do censo demográfico de 2010. Ao construir as tabelas, elas nos revela o quantitativo de (dês)igualdades entre pessoas autodeclaradas por cor ou raça conforme usa o censo. Nos detendo nesse estudo apenas na cor ou raça preta, parda e branca, levantamos os índices de pessoas que frequentavam a escola ou creche na época do recenseamento, mostrando também as pessoas que não

frequentavam, mas já frequentaram escola ou creche e o número de pessoas que nunca frequentaram escola ou creche. Posteriormente trazemos os níveis de escolarização também utilizando a variável cor ou raça.

Os censos demográficos do IBGE trazem atualmente cinco categorias de cor ou raça em suas pesquisas, em que as pessoas se autoclassificam, dessa forma, as pessoas podem se autodeclararem: Branca, para a pessoa que se enquadrou como branca; Preta, para a pessoa que se enquadrou como preta; Amarela, para a pessoa que se enquadrou como amarela de origem japonesa, chinesa, coreana etc.; Parda, para a pessoa que se enquadrou como parda ou se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça; Indígena, para a pessoa que se enquadrou como indígena ou índio/a. É importante destacar que a utilização da raça, cor e etnia nos censos, só vem aparecer posteriormente ao censo de 1970. Segundo Ferraro:

Em relação ao termo raça, a questão conceitual é complexa, por envolver também cor e etnia. No Brasil, até 1980, os censos demográficos, quando incluíram o item no questionário, referiam-se sempre a cor, distinguindo no Censo de 1980 quatro categorias: branca, preta, parda e amarela. A partir do Censo demográfico 1991, o IBGE incluiu uma quinta categoria, indígena, passando-se então a falar cor ou raça, em vez de simplesmente de cor. (FERRARO, 2010, p. 551-512).

Detendo-nos apenas na cor ou raça preta, parda e branca, procuramos levantar, identificar e analisar os resultados de escolarização das mesorregiões: Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco. Ressaltamos também da importância de se estudar também os índices de educação de pessoas Amarelas e Indígenas, no entanto, nossa pesquisa se detém nos índices de pessoas pretas, pardas e brancas. Como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1- Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça. Censo 2010.

Mesorregiões	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça (2010)						
	Cor ou Raça	Pessoas que frequentavam escola ou creche (censo 2010)		Pessoas que não frequentavam, mas já frequentaram escola ou creche (censo 2010)		Pessoas que nunca frequentaram escola ou creche (censo 2010)	
		%	Nº	%	Nº	%	Nº
Agreste	Preta	0,88	19546	1,92	42563	0,68	15043
	Parda	17,06	378349	27,5	609731	8,48	188019
	Branca	13,44	298095	22,18	491810	6,47	143523
Mata	Preta	1,5	19722	3,4	44566	1,11	14612
	Parda	20,51	268792	31,2	408905	9,15	119862
	Branca	10,98	143960	16,57	217114	4,72	61884
São Francisco	Preta	2,32	13413	4,32	24992	0,98	5691
	Parda	21,46	124110	29,73	171881	7,96	46046
	Branca	9,27	53608	15,33	88656	3,67	21215
Sertão	Preta	1,31	13095	2,81	27992	0,92	9127
	Parda	20,28	202136	31,11	310110	10,01	99791
	Branca	10,44	104118	16,39	163412	4,8	47861

Tabela 1- Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça. Elaboração própria. Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010.

A tabela 1 mostra os dados estatísticos do IBGE referentes a frequência das pessoas à escola ou creche, também mostra as pessoas que não frequentam, mas já frequentaram e as que nunca frequentaram a escola ou creche, segundo a cor ou raça do censo de 2010. Nessa tabela os dados das regiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco, destacamos que os resultados mostram em todas as regiões em relação as pessoas que frequentavam escola ou creche temos um número significativo menor de pessoas pretas em relação as pessoas brancas, e pardas.

É observado na tabela 1, que na região agreste apresenta cerca de 0,88% de pessoas pretas que frequentavam a escola, enquanto 17,06% de pessoas pardas, e 13,44% de pessoas brancas estavam frequentando a escola. Na mesma região temos

cerca de 1,92% de pessoas pretas, 27,5% de pessoas pardas e 22,18% de brancas que não frequentavam mas já frequentaram escola ou creche. Enquanto cerca de 0,68% de pretas, 8,48% de pardas e 6,47% de pessoas brancas que não nunca frequentaram escola e ou creche. O que mostra uma preocupação da sociedade em relação ao acesso a formação escolar, mas mesmo assim, muitas pessoas deixam a importância de estudar e não procuram e/ou já desistiram de frequentar instituições escolares. Percebe-se uma maior parcela de pessoas pardas em relação a pretas e brancas que nunca frequentaram escola ou creche.

Na região da Mata temos 1,5% de pessoas pretas, 20,51% pardas e 10,98% de brancas que frequentavam escola ou creche. Ainda nessa região 3,4% de pessoas pretas, 31,2% pardas e 16,57% de brancas que não frequentavam, mas já chegaram frequentaram escola ou creche. Nessa mesorregião cerca de 1,11% de pessoas pretas, 9,15% pardas e 4,72% brancas nunca frequentaram escola ou creche nessa região. Notando assim, que um maior número de pessoas pardas e brancas frequentavam a escola ou creche, em relação a pessoas preta. Ainda nessa mesorregião temos um número maior de pessoas pardas e brancas que frequentavam e não frequentam mais escola ou creche, e que nunca frequentaram escola, em relação as pessoas preta. Isso se deve ao fato de se ter um quantitativo maior de pessoas pardas e brancas, do que pretas inseridas nas escolas.

A mesorregião de São Francisco mostra 2,32% de pessoas pretas, 21,46% de pardas e 9,27% de brancas que frequentavam escola ou creche. Novamente é visto aqui um número mais elevado de pessoas pardas e brancas na frequência a escola ou creche, em relação a pessoas preta. São Francisco ainda mostra que, 4,32% de pessoas pretas, 29,73% pardas e 15,33% de brancas que não frequentavam, mas já frequentaram escola ou creche nessa região, mostrando que as pessoas brancas desistem menos que as pessoas pardas das escolas. Aparentemente os números parecem serem mais elevados das pessoas pardas e brancas que saíram da escola ou creche, mas quando comparamos na tabela 1, fazendo uma relação entre os números, observamos que muitas as pessoas de cor ou raça preta desistem mais da escola, do que as pessoas brancas e pardas. Isso fica mais evidente nas tabelas 2 e 3, que mostra os níveis de escolarização dessas pessoas. Ainda nessa mesorregião cerca de 0,98% de pessoas pretas, 7,96% de pardas e 3,67% de brancas nunca frequentaram escola ou creche.

O Sertão pernambucano apresenta 1,31% de pessoas pretas, 20,28% de pardas, e 10,44% de brancas que frequentavam escola ou creche, evidenciando mais uma vez, que os sujeitos de cor ou raça preta estão em uma quantidade menor nas escolas quando comparados com os pardos e brancos. 2,81% de pessoas preta, 31,11% de pardas e 16,39% de brancas que não frequentavam, mas já frequentaram escola ou creche. E por fim, 0,92% de pessoas preta, 10,01% de pardas e 4,8% de pessoas brancas que nunca frequentaram escola ou creche nessa região de Pernambuco.

Percebemos que as mesorregiões apresentam um número maior de pessoas pardas em relação a pretas e brancas por frequência a escola ou creche. No entanto, as pessoas brancas tendem a prosseguir na escola ou creche, e as pessoas pretas e pardas tem mais possibilidades de desistirem, como mostram os resultados da tabela 1, em que, o quantitativo de pardos é maior em que não frequentavam, mas já frequentaram e que nunca frequentaram a escola ou creche.

Notamos com esses dados de educação que as pessoas negras, enfrentam o problema racial no Brasil também no campo educacional. É possível destacar que a questão racial contribui diretamente na entrada, permanência e conclusão da escola. Devido aos fatores históricos, a ideia de inferioridade de grupos sociais, como o segmento negro, interferem de forma decisiva nos aspectos socioeconômicos, culturais, religiosos, entre outros, em que muitos sujeitos pertencentes ao segmento negro da sociedade não procuram entrar nas escolas, e/ou não conseguem avançar nos estudos por questões raciais, que evidencia o preconceito racial.

As pessoas negras muitas vezes não vão a escola por sofrerem discriminação racial, por sua cor, religiosidade, características físicas como cabelo crespo, entre outros fatores, ocasionam a não permanência na escola. O fator econômico também é decisivo para a entrada, permanência e conclusão da escola. O segmento negro sofre o empobrecimento econômico histórico. Muitas crianças e jovens deixam a escola para trabalhar, para ajudar na renda da família. As crianças do campo por exemplo, na época da colheita saem das escolas para trabalhar com suas famílias. Tendo em vista que muitas as escolas no campo não utilizam da concepção de educação campesina de respeitar a época da colheita e valorizar a cultura e os sujeitos daquele território. Acabam reproduzindo o calendário e o currículo escolar da área urbana, sem levar em conta as especificidades e cultura campesina. Acabam por afastar muitas crianças e

jovens das escolas, por não adequar o calendário escolar as especificidades do território. Não é tão difícil de ver ou imaginarmos situações como essas, que faz muitas pessoas sair das escolas e/ou não entrar por causa da necessidade de trabalhar.

A questão racial é um fator decisivo na caminhada de prosseguir ou não dos sujeitos negros e brancos na escola. Pois o preconceito racial, a exclusão social, o empobrecimento econômico e histórico do segmento negro da sociedade, são comprovações das dificuldades dessas pessoas em continuar e concluir a escola, como mostra diversas pesquisas realizadas por universidades, ONGs, entre outras instituições.

3.2. ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLA

A escolarização é atualmente um dos principais meios que os sujeitos encontram para sobreviver na contemporaneidade, nela encontramos suporte para enfrentar os desafios da atualidade, como o mercado de trabalho. Ela proporciona formação intelectual e pessoal dos sujeitos, bem como a possibilidade de desenvolver habilidades e conseguir um melhor desempenho ao entrar no trabalho. Ela é um fator importante, para os sujeitos, tendo em vista que, precisamos da escolarização para conseguir emprego, também nos locomover com facilidade no mundo, ao visitar outras cidades e/ou países, nos comunicar, usar aparelhos eletrônicos entre tantas outras formas que precisa de conhecimentos que podem ser encontrados mediante a escolarização.

Nesse sentido, a escolarização é também determinante na vida dos sujeitos, pois delimita espaços sociais, como muitas vagas de empregos exige-se habilidades e diferentes níveis de escolarização. Na escolarização os currículos buscam desenvolver habilidades na formação humana e profissional dos sujeitos. No currículo escolar temos ele prescrito, que podemos encontrar de forma explícita os conteúdos e competências a serem trabalhadas e também tem-se o currículo oculto, que encontra-se muitas vezes de forma implícita, na fala dos/as professores/as, SILVA (2000).

Passamos a boa parte de nossas vidas nas escolas e outros lugares buscando conhecimentos, o que é bom. Entretanto devemos estar atentos para que tipo de educação e

escolarização estamos conseguindo ter acesso. As escolas são instituições formadoras de sociedade, por meio da escolarização de mentes e corpos aprendemos a viver em sociedade, como nos comportar, como nos vestir, agir, pensar, ver o mundo, o que devemos gostar, o que devemos fazer e o que não fazer. LOURO (1997).

A tabela a seguir mostra os resultados por níveis de instrução de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o censo demográfico de 2010. Primeiro a tabela apresenta os números de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, depois mostra o ensino fundamental completo e médio incompleto, o ensino médio completo e superior incompleto. Como pode ser vista.

Tabela 2- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, a cor ou raça (2010)

Mesorregiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, a cor ou raça (2010)						
	Cor ou Raça	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto	
		%	Nº	%	Nº	%	Nº
Agreste	Preta	2,94	54130	0,41	7628	0,36	6612
	Parda	39,49	726050	6,68	122864	6,09	111998
	Branca	26,73	491497	5,82	106996	6,75	124062
Mata	Preta	4,72	51291	0,8	8686	0,89	9630
	Parda	41,71	452955	8,46	91856	9,52	103356
	Branca	19,15	207976	4,53	49213	6,19	67236
São Francisco	Preta	5,33	24950	1,21	5650	1,41	6613
	Parda	36,24	169518	8,9	41617	11,02	51547
	Branca	14,56	68117	4,39	20527	7,09	33172
Sertão	Preta	4,21	34280	0,56	4533	0,6	4866
	Parda	43,76	356175	7,84	63819	8,09	65816
	Branca	19,43	158130	4,39	35765	5,45	44336

Tabela 2- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação do domicílio, a cor ou raça. Elaboração própria. Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010.

Ao analisar a tabela 2 verificamos que em todos os níveis as pessoas auto declaradas de cor ou raça preta possuem um quantitativo menor em relação às pessoas de cor ou raça parda e branca. A região agreste apresenta cerca de 2,94% de pessoas preta, 39,49% de pessoas pardas, e 26,73% de brancas sem instrução e fundamental incompleto. Mostrando que tem-se menos pessoas brancas sem instrução e fundamental incompleto do que pardas. Na mesma mesorregião verificamos que 0,41% de pessoas pretas, 6,68% de pessoas pardas e 5,82% de brancas possuem fundamental completo e médio incompleto. Já com médio completo e superior incompleto tem 0,36% de pessoas pretas, 6,09% de pardas e 6,75% de brancas. Mostra-se nessa mesorregião que ao avançar nos estudos todos os percentuais diminuem, no entanto as pessoas autodeclaradas pretas a diminuição na quantidade é maior em todos os níveis educacionais, enquanto as pessoas pardas se mantém no fundamental completo e médio incompleto, e no médio completo e superior incompleto, e as pessoas brancas tem um menor número de sem instrução e fundamental incompleto, e apresenta um aumento do fundamental completo e médio incompleto para o médio completo e superior incompleto. Evidenciando assim, que as pessoas pretas tem uma maior probabilidade de não avançar nos estudos quando comparadas aos brancos.

Na região da Mata, os resultados são similares a região agreste, apresentam-se sem instrução e fundamental incompleto 4,72% de pessoas preta, 41,71% de parda e 19,15% de branca. Já para o ensino fundamental completo e médio incompleto a zona da mata tem 0,8% de pessoas preta, 8,46% parda e 4,53% branca. 0,8% de pessoas pretas, 8,46% pardas, e 4,53% de brancas tem fundamental completo e médio incompleto. Ficando nos índices de médio completo e superior incompleto 0,89% de pretas, 9,25% de pardos, 6,19% de brancos. Novamente como na mesorregião anterior as pessoas de cor ou raça pretas sofrem uma diminuição no quantitativo ao passar os anos de estudos. Enquanto as pessoas pretas e pardas apresentam uma queda do sem instrução e fundamental incompleto para o ensino fundamental completo e médio incompleto. No entanto tem um pequeno aumento do médio completo e superior incompleto. Pode-se pensar que devido as políticas públicas de ações afirmativas, se inserem no ensino superior pessoas de cor ou raça preta. Já as pessoas brancas apesar de oscilar no quantitativo entre os anos de estudo, mantém-se em quantidade considerável nos estudos que as levam chegar ao nível médio completo e superior incompleto, em quantidade maior que as pessoas pretas.

Em São Francisco a tabela 2 apresenta que, 5,33% de pessoas pretas, 36,24% de pardas e 14,45% de pessoas brancas estão sem instrução e fundamental incompleto. Ainda nessa mesorregião temos 1,21% pretas, 8,9%, e 4,39% branca estão com fundamental completo e médio incompleto. No nível médio completo e superior incompleto temos 1,41% de pessoas pretas, 11,02% de pardas, e 7,09% de brancas. Mantendo novamente um quantitativo menor de pessoas pretas em relação as pessoas brancas e pardas. As três cores ou raças apresentam uma queda no quantitativo ao avançar nos anos de estudos, embora que, no ensino médio completo e superior incompleto as cores ou raças preta, parda e branca consigam chegar até esse nível de ensino, com um pequeno aumento no número de pessoas, mas ainda a cor preta tem um quantitativo bem menor que as outras cores ou raças.

Na região do Sertão de Pernambuco, tem-se sem instrução e fundamental incompleto, cerca de 4,21% de pessoas pretas, 43,76% de pardas e 19,43% brancas. Com fundamental completo e médio incompleto são 0,56% de pessoas que autodeclararam preta, 7,84% de pessoas pardas e 4,39% de pessoas brancas. No médio completo e superior incompleto temos 0,6% de pessoas da cor ou raça preta, 8,09% de pardas, e 5,45% de brancas. Novamente as pessoas de cor ou raça preta apresentam-se em um quantitativo menor que as pessoas de cor ou raça branca e parda. Mostrando que as pessoas de cor ou raça preta não conseguem concluir ou chegar com o mesmo quantitativo de pessoas brancas e pardas nos níveis mais altos do ensino.

Levantando esses índices de escolarização percebemos que as mesorregiões geralmente apresentam um quantitativo menor de pessoas da cor ou raça preta em relação as pessoas da cor ou raça parda e branca em praticamente todos os níveis de ensino completos, como mostra a tabela 2. Para alguns autores a população negra é formada por pessoas da cor ou raça preta e parda, no entanto quando se trata de dados estatísticos é preciso separar essas duas cores ou raças, de forma que, as pessoas de cor ou raça preta sofrem bem mais com o preconceito racial, em relação a pessoas de cor ou raça parda. Segundo Moraes:

Imagine que uma pessoa está à sua frente, ameaçadora, e anuncia um assalto. Agora, uma pergunta: qual a cor e o sexo do infrator (a)? São raras as vezes nas quais a pele escura e o sexo masculino não compõem o tipo que está materializado em nosso imaginário. Nele, a insegurança é diversas vezes representada pelo homem negro de roupas modestas com o qual evitamos cruzar quando andamos por ruas menos movimentadas. Pelo homem negro que é preferido pela

polícia no momento em que as viaturas param indivíduos (ou grupos) para realizar abordagens. O homem negro que não costumamos ver, cotidianamente, em alguns espaços de prestígio (o restaurante caro, a abertura da exposição, a defesa da tese, a viagem ao exterior). Essa é uma das maneiras mais comuns de observarmos como o crime e a violência são facilmente relacionados, no Brasil, aos negros, uma correlação de enorme repercussão e que etiqueta negativamente milhões de pessoas – principalmente homens pobres, jovens e adultos. Essa terrível associação é responsável por números assustadores, que demonstram uma espécie de extermínio consentido – e institucionalizado - da população afro brasileira. (MORAIS, 2013, p. 45-46).

Percebemos que quanto mais escura a cor da pele de uma pessoa no Brasil, mais ela pode sofrer com o preconceito racial existente. Podemos pensar que muitas pessoas ao se autodeclararem na pesquisa dos censos demográficos realizados pelo IBGE, não consigam dizer de forma fidedigna sua cor ou raça por muitos motivos, seja por uma não construção positiva da identidade negra, pelo racismo existente, o embranquecimento entre outros fatores, contribuem para que muitas pessoas negras preferiram dizer que são pardos, morenos, entre outras denominações, ao invés de se autodeclarar da cor ou raça preta. Segundo Ferreira:

A pessoa negra pode construir uma identidade referenciada em matrizes culturais branco-europeias, por meio de um mecanismo pelo qual procura “igualar-se ao “mundo branco” pelas atitudes, ou mesmo fisicamente, como no caso da miscigenação, em uma tentativa de minimizar a discriminação, gerando um posicionamento existencial passivo e submisso. Mantém-se, assim, submetida a crenças que incluem a de ter qualidades pessoais negativas, alimentando, não só o preconceito por parte da população de origem branco-europeia, como também internalizando um preconceito voltado contra si mesma, atribuindo suas dificuldades às condições sociais ou, que é mais grave, à incompetência pessoal. Há um terreno fértil para o desenvolvimento e a manutenção de tais identidades- a ficção da “democracia racial”, ideia generalizada entre a maioria dos brasileiros e que encobre o preconceito e a discriminação. (p. 169-170).

Isso acontece muitas vezes, com as pessoas negras, que por medo e influência da cultura hegemônica, via mídia, e instituições de controle social como a escola e a família por exemplo, as pessoas negras tendem a sofrer com o preconceito racial, o que causa impacto na sua construção da identidade, de se reconhecer como negra e conhecer a cultura afro e afro-brasileira, acabam por não se reconhecer em algum grupo na sociedade.

3.3. CORE RAÇA NA ESCOLARIZAÇÃO

“O mundo contemporâneo, caracterizado pela globalização ostenta a imposição mundial de uma cultura tecnológica de mercado acompanhada por desigualdades”. (NASCIMENTO, 2003, p. 29). Assim como nos apontam Nascimento podemos encontrar essas desigualdades sociais, raciais e de gênero entre outros, também nos níveis de escolarização do Brasil.

É importante refletir, sobre os muitos sujeitos que se encontram fora do sistema educacional do Brasil. Pensar nos sujeitos que já frequentaram as escolas, mas não frequentam mais, e acabaram por desistir de continuar seus estudos. Onde estão aqueles que nunca frequentaram escola, e o que ocasionou para que não procurem pela escolarização. Essas são indagações que professores e professoras deveriam fazer ao longo de sua formação e em sua vida profissional. Recorrendo ao auxílio de textos, precisa-se discutir e socializar os achados referentes a temáticas relevantes, assim como essa para a sociedade. É fato que existem possibilidades diversas que contribuí para a não procura da escola, e ou a saída dela sem concluir os estudos.

Ao analisar as tabelas referentes ao sistema educacional brasileiro, levantando esses dados educacionais do IBGE, podemos identificar o quanto é desigual os quantitativos entre pessoas da mesma região por cor ou raça em que a disparidade entre os sujeitos que conseguiram estudar por mais tempo e concluir, entre aqueles que não conseguiram no seu percurso chegar a metade da escolarização. Percebemos que muitos sujeitos colocados à margem da sociedade e historicamente discriminados, têm caminhos diferentes dos sujeitos que não pertencem a esse grupo, ou seja, os sujeitos brancos da sociedade tem uma maior possibilidade de avançar nos estudos em relação as pessoas de cor ou raça preta. Mesmo com toda luta do Movimento Negro no Brasil, a respeito da valorização da educação e da história e pessoas afro e afro-brasileiras, na busca por igualdade racial de direitos, temos ainda uma desigualdade latente no âmbito educacional para com as pessoas negras.

A tabela 3 a seguir vem mostrar os resultados de escolarização de pessoas autodeclaradas de cor ou raça preta, parda e branca, no censo demográfico de 2010. Como já mencionado anteriormente, tratamos apenas de levantar, identificar e analisar

os índices de escolarização dessas cores e raças, segundo o Censo Demográfico de 2010 nas mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco.

Tabela 3– Resultados de escolarização de pessoas pretas, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco (2010)

Mesorregiões	Resultado de escolarização de pessoas pretas, pardas e brancas de Pernambuco (2010)								
	Cor ou Raça	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Pós-graduação (Mestrado ou Doutorado)	
		%	N°	%	N°	%	N°	%	N°
Agreste	Preta	3	2318	3	2318	3	840	-	-
	Parda	56	45511	52	45511	42	13710	45	235
	Branca	40	38845	44	38845	54	17792	55	289
Mata	Preta	4	10189	5	2813	5	878	9	30
	Parda	63	150149	61	34907	48	8476	49	159
	Branca	32	76113	33	19111	46	8244	42	138
São Francisco	Preta	3	7019	1	1868	0,41	839	-	-
	Parda	33	67277	8	16158	3	6739	-	-
	Branca	13	25592	4	7958	3	5835	-	-
Sertão	Preta	4	7399	3	1403	3	548	-	-
	Parda	64	115417	59	24839	52	8817	40	73
	Branca	30	55060	33	13740	41	6867	57	105

Tabela 3- Resultados de escolarização de pessoas pretas, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco. Elaboração própria. Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010.

Como mostra a tabela 3 o Censo Demográfico de 2010 apresenta no agreste cerca de 3% de pessoas pretas, 56% de pardas e 40% de brancas que tem o ensino fundamental completo. A mesma mesorregião apresenta 3% de pretas, 52% de pardas e 44% de brancas que possuem o ensino médio. 3% das pessoas pretas, 42% pardas e 54% brancas que tem o nível superior. 45% de pessoas pardas e 55% de brancas que tem pós-graduação (mestrado ou doutorado). Não se tem números de pessoas pretas com pós-graduação (mestrado ou

doutorado) nessa mesorregião. Ao analisar o agreste pernambucano, percebemos que as pessoas de cor ou raça preta mantêm a mesma quantidade de pessoas no ensino fundamental e no ensino médio, sofrendo uma redução no quantitativo no ensino superior, Enquanto as pessoas pardas sofrem uma pequena queda quando passa do ensino fundamental para o ensino médio. E diminui também quando passa para o ensino superior. No entanto as pessoas brancas apresentam um aumento quantitativo ao avançar nos anos de estudo.

A região da mata apresenta 4% de pretas, 63% de pardas e 32% de brancas com ensino fundamental. Com ensino médio temos 5% de pessoas autodeclaradas de cor ou raça preta, 61% de parda e 33% de branca. Com ensino superior são 5% de pessoas pretas, 48% de pardas, e 46% de brancas. Com pós-graduação (mestrado ou doutorado) 9% preta, 49% parda e 42% brancas. Mantendo novamente as pessoas de cor ou raça preta em um quantitativo bem menor que as pessoas brancas e pardas, enquanto as pessoas pardas e brancas oscilam nos anos de estudo, mas mantém-se um quantitativo maior do que as pessoas pretas.

Na região de São Francisco 3% de pessoas pretas, em relação a 33% de pardas e 13% de brancas possuem o ensino fundamental. Ainda nessa região, 1% de pessoas pretas, em relação a 8% de pardas e 4% de brancas possuem ensino médio. Na graduação temos 0,41% de pessoas pretas, 3% de pessoas pardas e 3% de brancas que possuem ensino superior. Na pós-graduação (mestrado e doutorado) não se tem quantitativo dessa mesorregião. As pessoas de cor ou raça preta tem um menor quantitativo em relação as pessoa brancas e pardas dessa mesorregião. Todos os segmentos analisados apresentam uma diminuição no quantitativo de pessoas , mas as pessoas pretas apresentam-se mais uma vez, em menor número ao avançar nos anos de estudo. Sendo possível levantar a possibilidade de destacar que, ao passar dos anos as condições socioeconômicas determina de forma direta a continuação ou não dos sujeitos nos estudos. Pois a necessidade de muitas pessoas entrarem no mercado de trabalho, muitas vezes no trabalho informal, acaba por interferir nos estudos, e muitas desses sujeitos não conseguem conciliar estudo e trabalho, por questões de horários, distâncias, entre outros motivos, acabam por interferir e desistir de prosseguir no percurso de escolarização.

No sertão de Pernambuco a tabela 3 apresenta, 4% de pessoas pretas, em relação a 64% pardas e 30% brancas que possuem o ensino fundamental. 3% de pessoas pretas, 59%

de pardas e 33% de brancas tem o ensino médio. No ensino superior são 3% de pessoas pretas, 52% de pardas e 41% de brancas. Na pós-graduação (mestrado ou doutorado) 40% de pessoas pardas em relação a 57% de pessoas brancas, não tendo quantitativo de pessoas pretas nesse nível de ensino da região do Sertão.

Ao analisar a tabela 3, os números mostra algo que presenciamos no nosso cotidiano na sociedade. A tabela 3 mostra que, ao avançarmos nos níveis de estudo, tem-se uma considerável diminuição do quantitativo de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, e brancas. No entanto, a cor ou raça de pessoas autodeclaradas preta diminuem muito no quantitativo em todos os níveis de escolarização analisados, quando comparados à pessoas de cor ou raça parda e branca. Essa diminuição e desigualdade é decorrente da evasão escolar e/ou não procura da escola, que por diversos fatores fazem que os sujeitos decidam em desistir e não procurar e/ou ir para a escola, seja pela a questão econômica, racial, cultural, geográfica, políticas públicas, por a escola não ser interessante o suficiente para as pessoas, por não atender as especificidades de cada um, entre tantos outros fatores que contribuem para que essa triste realidade aconteça em nosso país.

A diminuição do número de pessoas negras em determinados níveis de escolarização, é gritante. Os dados estatísticos nos mostra algo, muitas vezes ignorados cotidianamente, por serem “naturalizados” e “invisibilizados”, o problema racial exposto nos resultados de escolarização, mostra uma realidade de desigualdade e exclusão social persistente na história da sociedade brasileira. Materializado aqui nos resultados de escolarização, os números mostram uma saída, e uma não procura de pessoas de cor ou raça negra nas escolas, fica evidente também que essa diminuição das pessoas negras em relação a seus níveis de estudo, reflete-se através das condições econômicas e sociais que tem. O que nos faz refletir um pouco sobre a questão racial. Moore destaca que as ideologias e preconceitos raciais sobrevive a milhares de anos. Segundo Carlos Moore:

a ideia que o racismo teve um único berço e período não parece coerente com a realidade histórica. [...] há temor e repulsa em relação aos povos de pele negra, como afirmam as análises dos velhos mitos. [...] evidenciada nos mitos e nos textos mais antigos dos povos euro-semitas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia Meridional, incluindo a própria Bíblia, de origem judaica, os textos védicos (particularmente o Rig-Veda), [...] O mais antigo livro sagrado indiano [...] relata que Indra, suposto líder dos invasores arianos, logo transformado em

semi-Deus, ordenou a seus súditos guerreiros para “destruir o dasyu” e “eliminar a pele negra da face da Terra”. (p. 22-51).

Compartilhamos da ideia de Moore em que as questões relacionadas ao preconceito de raça e etnia não teve um berço único e um período. E com o advento do capitalismo esses ideais preconceituosos, hierárquicos, desiguais, e individualistas, com a finalidade de manter o status quo, reforça ainda mais a discriminação para com o outro, outro esse, sujeito subalternizado e inferiorizado historicamente. Assim como afirma Quijano: “O capitalismo mundial desde o início, foi colonial/moderno e eurocentrado”. (QUIJANO, 2005). Proporcionando assim, que o racismo venha operando historicamente nas vidas das pessoas.

Para Santos (1984) racismo é um sistema que afirma superioridade de um grupo racial sobre outro. (p. 11). Por questão ideológica e para manutenção de privilégios os grupos dominantes impuseram a condição de raça biológica como um meio para conseguir que seus interesses fossem realizados. Ferreira destaca que: “Racismo é entendido como uma prática discriminatória institucionalizada”. (FERREIRA, 2009, p. 51).

O preconceito por cor e raça dificulta o processo de desenvolvimento da identidade do afro-descendente. E sua descoberta na maioria das vezes, vem acarretando sofrimentos. Como a não identificação, rejeição e não reconhecimento de si como pertencente a um grupo social, que foi colocado em uma condição de inferioridade historicamente. Isso ocorre devido a influência da cultura hegemônica, ao preconceito racial na sociedade, em que a mídia contribui para manutenção desse preconceito, ao impor padrões de beleza, formas de ser e viver. Assim, com toda essa violência de discriminação racial, a construção de uma identidade negra positiva e a descoberta dela torna-se sofrida.

È importante reconhecer as lutas dos movimentos sociais e do Movimento Negro em busca de direitos e igualdade racial para a população negra e todas suas conquistas tidas até hoje. Os avanços nas políticas públicas educacionais, com a Lei 10.639/2013 do ensino obrigatório e valorização da história da África e dos afro-brasileiros no currículo escolar, as ações afirmativas com as cotas para negros/as nas universidades públicas, entre tantas outras grandes conquistas que os movimentos conseguiram e vem buscando, foram e são de importância considerável para melhoria

da vida dos sujeitos do segmento negro da sociedade, como também, uma ótima ação para modificar a sociedade e quebrar paradigmas. Mesmo assim, com todas essas conquistas obtidas, por meio de muitas lutas, as políticas públicas implementadas e toda sua importância, visando o ingresso e permanência de pessoas negras no Ensino Superior, bem como, a expansão do ensino, e auxiliando famílias economicamente carentes, com bolsas de incentivos para as famílias carentes, auxílios de bolsas universitárias entre outros incentivos, afim de retirar crianças e adolescentes do trabalho e das ruas, e para que os jovens permaneçam na universidade e faculdade para que possam concluir seu curso, ainda assim, tem-se muito a fazer, pois continua existindo uma desigualdade racial gritante quando comparamos os segmentos branco, negro e pardo da sociedade em relação aos níveis educacionais, salários, empregos, lugares e espaços sociais entre outros.

A desigualdade de escolarização entre pessoas de cor ou raça preta, parda e branca, presente em todas as tabelas, resultantes dos dados dos censos demográficos de 2010 aqui analisados, nos possibilita refletir sobre as possibilidades em que resultam essa disparidade existente entre cor ou raça, como traz o Censo de 2010. Podemos interpretar essas desigualdades raciais na educação através dos censos, como sendo produto de uma ideologia dominante, como também uma política de “embranquecimento” do povo, desigualdade racial, preconceitos, negação do espaço para as pessoas negras fruto do processo histórico, a não declaração de ser da cor ou raça preta. Podemos também pensar que, o ingresso e a permanência nas escolas não são ofertados da mesma maneira para brancos e negros, pobres e ricos, visto que as condições financeiras e incentivo dos pais, familiares, professores, e até mesmo do Estado para manter esses sujeitos na escola contribui para o avançar ou não dos anos de estudos dos sujeitos.

4. CONCLUSÕES

Retomando a pergunta inicial que originou esse estudo de pesquisa: Que tendências os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas no estado de Pernambuco apontam a partir do censo de 2010?

As conclusões apontaram para uma desigualdade racial existente em todos os níveis de escolarização, bem como também uma desigualdade na frequência a escola, e nas pessoas que não frequentavam, mas já frequentaram, e as que nunca frequentaram escola ou creche. Segundo os dados dos censos encontramos um quantitativo maior de pessoas da cor ou raça branca e parda nas tabelas, em que ela tem uma maior frequência a escolas ou creche, e que elas conseguem chegar até os últimos anos de escolarização, no caso, mestrado ou doutorado, em maior número que as pessoas pretas. Os resultados apontam também para um número menor de pessoas da cor ou raça preta que frequentam escola ou creche, e que diminui o quantitativo delas ao avançar nos anos de escolarização. A permanência na escola como mostra os números, é um desafio enfrentado pelos sujeitos, mas principalmente pelos sujeitos de cor ou raça preta, tendo em vista que, nos níveis de ensino concluídos, as pessoas pretas apresentam um quantitativo menor em relação às pessoas pardas e brancas.

Conhecer as tendências que os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco, apontam a partir do censo de 2010 mostra uma grande desigualdade racial existente na educação de Pernambuco.

Levantamos os índices de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010, e observamos uma oscilação entre o quantitativo de pessoas em relação à cor ou raça pardas e brancas na frequência a escola e os níveis de escolarização, em que estas conseguem chegar até os últimos anos de escolarização e ter uma maior frequência escolar, e menor desistência da escola.

Identificando as (des)igualdades de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010, ficando evidente que, as pessoas de cor ou raça preta encontra-se em um número menor nos níveis de escolarização e frequência a escola, mostrando que de forma mais frequente as pessoas brancas e pardas em um quantitativo maior nos níveis de escolarização e frequência a escola em relação às pessoas autodeclaradas de cor ou raça preta.

Analisando esse o percurso das (des)igualdades raciais nos resultados de escolarização de pessoas negras, pardas e brancas das mesorregiões Agreste, Mata, São

Francisco e Sertão de Pernambuco a partir do censo de 2010, que mostra uma desigualdade racial persistente em todos os níveis de ensino e frequência a escola, mostrando que as pessoas de cor ou raça preta sempre está em um quantitativo menor em relação às pessoas de cor ou raça branca e parda quando comparadas, percebemos a relação de poder existente que permeia a sociedade, através do racismo.

Ampliando nossos olhares como propõe o método do caso alargado percebemos que essa desigualdade vista nos resultados de escolarização, como mostra os dados da pesquisa, entre os seguimentos brancos, pardos e negros da sociedade deve-se por vários fatores como o socioeconômico por exemplo, que historicamente foram se fortalecendo e perpetuando até os dias de hoje.

Nessa direção, as desigualdades de níveis de escolarização de pessoas brancas, pardas e negras, são decorrentes de preconceito para com a população negra, que mesmo dentro das escolas (lugares onde se deveria incluir todos os sujeitos, valorizando suas diferenças, e contribuindo para o crescimento pessoal e humanizado do sujeito) muitas escolas acabam excluindo, e discriminando as pessoas negras com práticas racistas. Práticas essas que muitas vezes são realizadas de formas sutis, e silenciadas por professores/as e a sociedade, pois tratar e problematizar no cotidiano da escola a questão racial é algo pouco feito, já que tem muitos professores/as “que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal compreensão demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira”. (GOMES, 2005, p. 146).

O poder e os resquícios colonial ainda presentes, com o controle do sistema capitalista, junto a mídia e outras instituições de controle social, contribuiu para a não construção de uma identidade afro-brasileira positiva, o que acaba gerando uma negação e o conseqüentemente, aumentado o preconceito para com as questões de raça. O que ocasiona muitas vezes o não reconhecimento de forma positiva da identidade afro e afro-brasileira. Assim é importante consideramos que o preconceito racial existe e atinge todos os lugares sociais, profissões e escolas. E que práticas racistas são acontecimentos presentes no nosso cotidiano, que são realizados por meio da discriminação através de piadas racistas, do não trabalho aos negros em lugares de prestígios sociais, são “naturalizados”, “invisibilizados” e silenciados pela sociedade. Dessa forma as desigualdades sociorracionais, assim como outras desigualdades sociais,

continuam existentes e persistem com o passar das décadas entre os grupos sociais, como vimos nos resultados de escolarização do Censo Demográfico de 2010.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salete Caldart. Isabel Brasil Pereira. Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012.

COELHO, Cristina Bandeira e NUNES, Ingrid Andrade. **Educação popular: O desafio da prática**. Revista eletrônica “Fórum Paulo freire”. 2005. Acesso em 21/05/16. Às 20:59 h. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/537.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C. (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: O que dizem os censos?. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FERRARO Alceu Ravanello. **Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 505-526, maio/ago. 2010.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. In: **Revista de Estudos Avançados**, vol.18, n.50, p. 21-30, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Microdados.

- LAGE, Allene Carvalho. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária. 2013.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Preconceito. In **Psicologia social: temas e teorias**. Org. Ana Raquel Rosas Torres. Brasília: Technopolitik, 2011. ISBN: 978-8562313-06-6
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. RJ. Vozes, 1997. Bibliografia. ISBN: 85. 326. 1862- 6.
- MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, 1 (3): 5-11, 1982.
- MACIEL, Karen. de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.
- MOLINA, Mônica Castagna e FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. Em Aberto, Brasília, v.24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.
- MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.
- MORAIS, Fabiana. **No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE**. Recife- Procuradoria Geral de Justiça. 2013.
- MUNANANGA, Kabengele. **O negro no Brasil hoje/** Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes- São Paulo: Global, 2006. (coleção para entender) ISBN 85-260-1134-0.
- OLIVEIRA, K.elly Araújo Valença e BARROS, Maria Clara Meira Santos. **Educação e processos de escolarização no Brasil: trajetória histórica**. 12ª SEMPESQ. Educação e processos de escolarização no Brasil: trajetória histórica. 2010.
- RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salete Caldart. Isabel Brasil Pereira. Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012.
- VEIGA, Cynthia Greive. **A escolarização como projeto de civilização**. Trabalho apresentado na sessão especial realizada na 25ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. N° 21.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Liber Livro, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo. Abril Cultural. Brasiliense, 1984.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10. 639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de educação continuada , alfabetização e diversidade. Brasília. 2005. 236 p. (Coleção educação para todos).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab". In: **Revista Crítica**, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.